



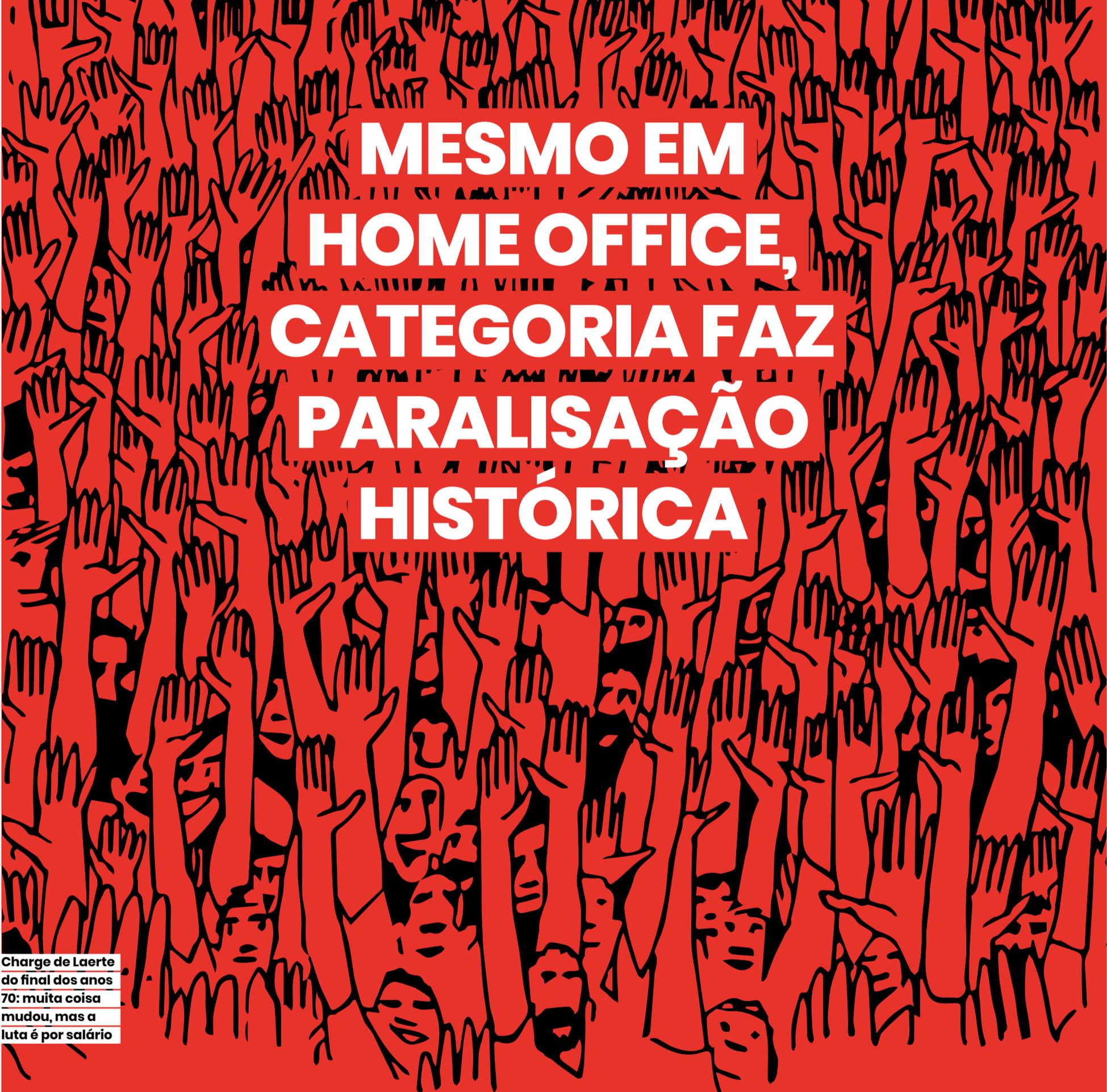
Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

JAN-FEV-MAR/22 | Nº 414 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR



MESMO EM HOME OFFICE, CATEGORIA FAZ PARALISAÇÃO HISTÓRICA

Charge de Laerte
do final dos anos
70: muita coisa
mudou, mas a
luta é por salário

FOTOJORNALISMO

O cenário político atual pelo olhar potente de Gabriela Biló

VIOLÊNCIA

Bolsonaro é o grande agressor de jornalistas, mostra relatório

PERFIL

Mercado formal de jornalismo perde 24% das vagas em sete anos

RACISMO

Risério, racismo reverso e a *Folha de S.Paulo* sendo *Folha de S.Paulo*

EDITORIAL

2022 e a
esperança
teimosa

Querida leitora, querido leitor, esperamos que você tenha desfrutado uma excelente virada de ano. E que, entre um gole e outro de espumante, seus pensamentos tenham convergido para um mesmo sentimento presente nas resoluções de Ano Novo de milhões de brasileiras e brasileiros: este ano será o último de Jair Bolsonaro como presidente. Está aí um excelente motivo para começar 2022 com esperança e ânimo renovados — mesmo com

a pandemia inspirando todos os cuidados e, sim, sabendo que muito provavelmente ainda teremos adiante nove meses de retrocessos, destruições e todo o tipo de obscurantismo social e cultural emanado do Palácio do Planalto e reverberado por cúmplices, fanáticos e oportunistas (estes, em maioria, especialmente ocupando as cadeiras confortáveis do Congresso Nacional).

É por conta disso que não podemos nos enganar. Se quisermos um 2023 com reais motivos para celebrar e respirar ares menos sufocantes, teremos de lutar neste ano que se inicia. E não é qualquer lutinha, não. Derrotar o bolsonarismo e tudo o que ele representa necessitará de um esforço em todas as frentes possíveis — econômica, política, eleitoral, sindical, cultural... E para realizar tal empreitada, não dependeremos apenas de quem estará na urna (eletrônica!) em outubro. Essa é uma luta de cada uma e de cada um que acredita na permanente construção de uma sociedade digna, justa e verdadeiramente democrática. Trocando em miúdos: é hora de arregañar as mangas e se preparar para a batalha!

Felizmente, a nossa categoria inicia este ano de maneira afiada. No final de janeiro, pela segunda vez em poucos meses, os jornalistas da *Folha de S. Paulo* demonstraram sua coragem e capacidade de união para enfrentar os dilemas da profissão e a pressão das empresas, apostando na luta coletiva como meio de garantir trabalho digno e um jornalismo que atenda às necessidades de uma democracia sob ameaça.

Após fortalecerem a histórica paralisação de 10 de novembro (descrita em detalhes nesta edição do *Unidade*), quase 200 jornalistas da redação da Alameda Barão de Limeira endereçaram uma carta à direção do jornal para promover um debate sério e honesto a respeito das posições editoriais do local onde trabalham, apresentando sua crítica a um texto notadamente racista e contendo afirmações baseadas em distorções históricas.

Podemos até debater se o abaixo-assinado é a fórmula mais eficaz para se posicionar contra os padrões — defendemos que o Sindicato seja o instrumento de representação e luta nesse tipo de embate, tanto para proteger os profissionais quanto para conferir o peso institucional de nossa entidade coletiva diante de qualquer empresa. Mas é inegável a coragem e disposição de todas e todos os signatários, se posicionando publicamente para lutar pela qualidade jornalística da publicação.

Após as ameaças nada veladas escritas pela direção do jornal em suas páginas, nosso Sindicato publicou um longo texto em defesa das e dos jornalistas da *Folha*, convocando toda a categoria a demonstrar apoio irrestrito aos colegas. E tal pedido foi atendido: recebemos diferentes mensagens reforçando a solidariedade entre jornalistas e repudiando qualquer tipo de coerção ao direito de consciência e exercício de cidadania que deve ser reservado a profissionais de imprensa.

Por salários e dignidade

A luta da categoria também está presente na campanha salarial de Rádio e TV, que tem data-base em dezembro. Diante de uma inflação de 10,95% registrada pelo INPC (o índice nacional de preços ao consumidor, medido pelo IBGE), as emissoras paulistas propõem apenas 5% de reajuste — e ainda de modo parcelado! A cláusula de PLR, direito conquistado há décadas pela categoria, também está fora da proposta patronal.

Diante de tamanha intransigência, nosso Sindicato realizou assembleias e diferentes mobilizações nessas últimas semanas. Além de visitas às redações e atividades nas portas das empresas — em atividades conjuntas com o Sindicato dos Radialistas de SP e o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

— organizamos o dia 16 de fevereiro como data para que a categoria se vestisse com roupas pretas, como maneira de protestar e exigir a reposição salarial pela inflação, além da volta da PLR à Convenção Coletiva.

A luta por salários e dignidade, por sinal, também é a palavra de ordem dos profissionais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que resistem às inúmeras tentativas de desmonte e destruição promovidas pelo governo Bolsonaro. Após a direção da empresa suspender os direitos previstos do último Acordo Coletivo de Trabalho como maneira de pressionar as trabalhadoras e os trabalhadores a aceitarem um pacote de maldades na nova negociação coletiva, jornalistas e radialistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília protagonizaram a maior greve da história da empresa, com 19 dias de duração.

Enquanto o julgamento de dissídio no Tribunal Superior do Trabalho ainda não acontece, nosso diretor de Comunicação e editor do *Unidade*, Eduardo Viné Boldt, teve sua liberação sindical cassada e foi obrigado a voltar ao trabalho. Como você

deve imaginar, não é fácil conciliar o expediente com todas as atividades sindicais. Mas esta edição está muito bem editada, visualmente incrível (obra do grande Fábio Bosqué) e com conteúdos bem trabalhados por nossa reduzidíssima equipe — e aqui vão os agradecimentos à jornalista Adriana Franco, responsável por abastecer o conteúdo editorial de nosso Sindicato.

A revisão deste *Unidade* fica por conta do diretor Cláudio Soares, que também vive uma situação difícil: trabalhador da Imprensa Oficial, agora incorporada à Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), ele também teve sua liberação sindical cassada porque a administração da empresa afirma que não há mais trabalho jornalístico no órgão do governo estadual. Um absurdo que está sendo combatido por nossa entidade — e, sem dar mais spoilers, será tema detalhado da próxima edição de nosso jornal.

Como vocês podem notar, queridas leitoras e queridos leitores, a coisa não está fácil para o nosso lado. Mas não há razão nenhuma para desânimo ou pessimismo. Lutaremos incansavelmente, todos os dias, e temos certeza que 2022 será o ano em que Jair Bolsonaro pegará a via expressa para o lixo da História. Adiante!

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretor responsável Eduardo Viné Boldt
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte**
Fábio Bosqué **Capa** Laerte (ilustração)
Revisão Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosqué,
Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca
Kfourir, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho,
Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nas-
sif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavol-
ta e Rodrigo Vianna.

**Artigos assinados não refletem necessa-
riamente a opinião do jornal ou do SJSP.**

Rua Rego Freitas, 530 - Sobrelaja, CEP
01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral**
Candida Vieira **Finanças e Administração**
Cláudio Soares **Interior** Solange Santana
Comunicação e Cultura Eduardo Viné Boldt
Relações Sindicais e Sociais José Eduardo
de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurí-
dica e de Assistência** Larissa Gould **Forma-
ção Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Guilherme Balza, Paulo Zoc-
chi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Ta-
vares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria
Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione,
Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Rossana Lana (diretora regional), Ana
Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro
Bauru Camila Fernandes (diretora regio-
nal), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio
Borges, Tânia Brandão
Campinas Marcos Alves (diretor regional),
Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valé-
rio Paiva
Piracicaba Patrícia Sant'Ana (diretora re-
gional), Adriana Ferezim, Gustavo Annuncia-
to, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão
Ribeirão Preto Sérgio Sampaio (diretor re-
gional), Fábio Benedito, Fernando Braga,
João Moreira, Marcia Rosseto, Marco Rogé-
rio Duarte, Raphael Cruz Pena
Santos Sandro Thadeu (diretor regional),
Carlos Norberto Souza, Daniela Oríguela,
Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miran-
da, Suely Torres
Sorocaba Adriane Mendes (diretora regio-
nal), Fabiana Caraméz, Pedro Courbassier
Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira
Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo
Almeida, Fernanda Soares

CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian
Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin
Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier

Contato: comissaodeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE

Imbecil, canalha, você é um lixo

Mais uma vez, Jair Bolsonaro se destaca como o campeão de ataques a jornalistas e imprensa, segundo relatório da Fenaj

por Norian Segatto

Junho de 2021, em São José dos Campos (interior de SP): o presidente Jair Bolsonaro insulta a jornalista Laurene Santos, da TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo. Irritado com uma pergunta sobre o uso de máscara de proteção contra covid, o mandatário manda a jornalista calar a boca, retira a máscara e ofende a profissional. “Vocês são uma porcaria de imprensa. Cala a boca. Vocês são uns canalhas... fazem um jornalismo canalha, que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira, vocês não prestam”, vocifera Bolsonaro.

Quatro dias depois, o presidente da República proferiu novas grosserias à repórter da CNN Brasil, Adriana de Luca, durante evento em Sorocaba. “Você é ridícula, volta pra faculdade”, gritou Bolsonaro, repetindo insultos que já havia feito no início do mesmo mês para outra jornalista da CNN Brasil, Daniela Lima.

Ataques à imprensa e seus profissionais fazem parte da rotina de Jair Bolsonaro. Segundo relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), divulgado em janeiro deste ano, Bolsonaro foi responsável por 147 casos (34,19% do total) de agressões a jornalistas, sendo 129 episódios de descredibilização da imprensa (98,47% da categoria) e 18 agressões verbais.

Censura, descredibilização, atentados e assassinato

O relatório mostra que os casos de violência contra jornalistas seguiram a mesma tendência de alta registrada em 2020. Pelo segundo ano consecutivo, esse número foi o maior desde que a série histórica começou a ser feita, na década de 1990. Em 2021 foram 430 casos, dois a mais que os registrados no ano anterior.

O Estado de São Paulo respondeu por 15,15% desse total, com 45 casos registrados. Para o atual presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Thiago Tanji, “desde o dia 1º de janeiro de 2019, nossa categoria se tornou um alvo preferencial de Bolsonaro e seus seguidores porque nosso trabalho sintetiza tudo aquilo que ele odeia: dar luz à verdade, construir a democracia e defender os direitos humanos por meio da circulação de informações e do livre exercício do jornalismo”.

No ano de 2021, a censura ultrapassou

CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS EM 2021 SEGUIRAM A TENDÊNCIA DE ALTA REGISTRADA EM 2020 E, PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO, O NÚMERO FOI O MAIOR DESDE O INÍCIO DA SÉRIE HISTÓRICA

os casos de descredibilização da imprensa - categoria criada em 2019, justamente por conta dos ataques vindos do núcleo do Palácio do Planalto. Foram registradas 140 ocorrências de censura, 138 delas cometidas dentro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). As censuras representaram 32,56% do total de casos, enquanto a descredibilização da imprensa respondeu por 30,46%, com 131 ocorrências.

Em 6 setembro, no município de Almeirim, no Pará, o jornalista Eranildo Ribeiro da Cruz, de 54 anos, foi encontrado morto em sua casa, amarrado, com ferimento na cabeça e sinais de tortura. Apesar de a polícia local apontar o caso como latrocínio, há dúvidas sobre essa versão, visto que o jornalista apurava possíveis fraudes na eleição municipal.

EBC

No dia 26 de novembro, jornalistas da EBC entraram em greve contra a retirada de direitos, demora na negociação do Acordo Coletivo de Trabalho e o avanço na tentativa de privatizar a empresa. Por 19 dias, trabalhadores e trabalhadoras, incluindo jornalistas, radialistas e outros profissionais, se mantiveram firmes e foram vítimas de censura, assédio e perseguições.

Segundo a jornalista Akemi Nitahara, repórter da Agência Brasil e da Comissão de Empregados da EBC, “um método



Trabalhadores da EBC fizeram greve de 19 dias por uma série de reivindicações e foram vítimas de censura, assédio e perseguições

bem comum utilizado pelas chefias foi a mudança arbitrária de setor, ou seja, a pessoa é obrigada a mudar de função e veículo muitas vezes sem ser ao menos informada com antecedência. Isso ocorreu em todas as praças. Os casos que eu conheço são todos da Diretoria de Jornalismo e as pessoas mudadas de setor são sempre as que fazem a resistência ao desmonte da EBC. A representante no Conselho de Administração recebeu uma notificação judicial por mandar um e-mail para as chefias pedindo explicações sobre essas mudanças arbitrárias. Ao mesmo tempo, há muita gente querendo mudar de setor e não tem uma oportunidade para isso”.

A Comissão produziu um dossiê completo sobre casos de censura entre agosto de 2020 e julho de 2021, documento que serviu de base para a elaboração do relatório da Fenaj. Akemi destaca, ainda, que a Comissão entrou com processo coletivo no Ministério Público do Trabalho sobre assédio e saúde mental na EBC.

Federalização

A presidente da Fenaj, Maria José Braga, diz que a entidade teme pelo aumento das violências neste 2022, ano de eleição, e cobra agilidade do Congresso Nacional na tramitação do projeto de lei de federalização da apuração dos crimes contra jornalistas. Maria José cobra, também,

um protocolo de atuação das polícias nos casos de violência contra a categoria e informa que a Fenaj tentou travar essa discussão, sem sucesso, com o Ministério da Justiça.

Tanji compartilha da opinião da presidente da Fenaj e completa: “Infelizmente, o ano de 2022 não indica uma mudança de cenário, pelo contrário. É por isso que estamos conversando e organizando a categoria para resistirmos coletivamente; temos uma Comissão Contra a Violência e nos próximos meses divulgaremos um novo protocolo para ampliar a defesa dos jornalistas. Estamos também estudando o lançamento de um app para que a denúncia dos casos seja realizada de maneira imediata, e possamos tomar as medidas judiciais necessárias para a investigação e a punição dos agressores”.

Denuncie e não aceite intimidações

A forma mais eficiente de combater os ataques e agressões é a organização da categoria. Seja uma ofensa virtual pelas redes sociais, um xingamento durante a cobertura de um evento, uma tentativa de intimidação por uma “autoridade”, uma agressão física ou qualquer outra forma de violência, denuncie, procure o Sindicato, faça boletim de ocorrência, comunique à sua chefia. A invisibilidade é um incentivo para que mais atos ocorram. ■

Violência contra jornalistas e à liberdade de imprensa no Brasil

Tipo	Casos	%
Censuras	140	32,56%
Descredibilização da imprensa	131	30,46%
Agressões verbais/ataques virtuais	58	13,49%
Ameaças/intimidações	33	7,67%
Agressões físicas	26	6,05%
Cerceamento à liberdade de imprensa por meio de ações judiciais	15	3,49%
Violência contra a organização dos trabalhadores/sindical	8	1,86%
Impedimento ao exercício profissional	7	1,63%
Ataques cibernéticos	4	0,93%
Atentados	4	0,93%
Assassinato	1	0,23%
Injúria racial/racismo	1	0,23%

SINDICAL

Como fizemos uma PARALISAÇÃO HISTÓRICA



Ilustração de Laerte para fechamento de campanha salarial nos anos 80

LAERTE/ILUSTRAÇÃO SINDICAL

ASSEMBLEIAS COM CENTENAS DE JORNALISTAS TORNARAM A CATEGORIA PROTAGONISTA DO MOVIMENTO, DANDO FORÇA E CONFIANÇA A TODOS E CONDUZINDO A CAMPANHA A UMA VITÓRIA

por Paulo Zocchi e Thiago Tanji

9 MESES DE UMA CAMPANHA SALARIAL VITORIOSA Principais momentos da mobilização em jornais e revistas da capital

9 de março 2021
Diretoria do Sindicato lança a pré-pauta de reivindicações e abre a campanha salarial, lançando a discussão nas redações, sempre em reuniões virtuais.

1º de abril
Pauta de reivindicações, aprovada em assembleia virtual, é entregue ao sindicato patronal, com pedido de rápida abertura de negociações. Pauta econômica pede 3% de aumento real e de correção nas cláusulas econômicas.

1º de junho
Data-base: encerra-se a vigência da Convenção Coletiva (CCT) sem que as empresas tenham iniciado a negociação salarial.

11 de junho
IBGE divulga o INPC acumulado de junho de 2020 a maio de 2021: 8,9%. É o índice de reposição da categoria.

17 de junho
Primeira rodada de negociação (mesa virtual): empresas falam das cláusulas não econômicas, sem mudanças significativas. Nova rodada em 24 de junho.

8 de julho
40 dias depois da data-base, empresas formulam sua proposta econômica na 3ª rodada de negociação: R\$ 101 de reajuste (3% no piso) e retirada da multa da PLR da CCT (R\$ 791)

23 de julho
Reunidos em assembleia, jornalistas decidem enviar carta de protesto às empresas: "Quem respeita o trabalho jornalístico garante reajuste digno de salário"

25 de julho
Em nova rodada de negociação, empresas propõem 4% para o piso salarial, 3% de reajuste para salários até R\$ 10 mil e R\$ 300 de reajuste acima disso, sem multa da PLR.



Jornalista não se vê como trabalhador.” “Falar em greve é algo impensável.” “Há quanto tempo não há uma mobilização massiva da categoria?” Por muitos anos, tais impressões eram recorrentes quando o Sindicato realizava as discussões das campanhas salariais — que são, basicamente, o “coração” da atividade sindical e o momento de maior contato entre trabalhadoras e trabalhadores e sua entidade de representação.

Mas em 2021 a coisa mudou de figura. E nossa categoria decidiu fazer história: jornalistas de jornais e revistas da capital paulista fizeram uma paralisação de duas horas, das 16 às 18 horas, em 10 de novembro de 2021, mesmo com mais de 90% dos profissionais em home office. A mobilização envolveu todas as grandes redações — *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*, sucursal de *O Globo* — e as editoras Globo e Abril.

As empresas sentiram o golpe! A data-base da categoria é 1º de junho. Mas por mais de cinco meses, até a antevéspera da paralisação (8 de novembro!), as empresas insistiam em propor 5% de reajuste salarial (inflação de 8,9%). No dia 8, quando já estava claro que teríamos uma paralisação importante, o patronato começou a se mexer. De 8 a 25 de novembro, andamos ao ponto de fechar a campanha com 8,9% de reposição para salários até R\$ 10 mil e a multa da PLR com correção (veja os

detalhes na linha do tempo). A paralisação realizada e a nova — que estava marcada para 25 de novembro — foram decisivas para o desfecho vitorioso da campanha salarial 2021.

Como dizemos sempre, por melhores que sejam os argumentos em mesa de negociação, o que decide mesmo é a pressão organizada dos jornalistas nos locais de trabalho. E centenas de jornalistas vivenciaram isso de forma direta.

Por que “histórica”?

É fato que os jornalistas de São Paulo realizaram, nos últimos anos, paralisações e greves, algumas heroicas — como a greve espontânea 36 horas no R7, em 2017, e a greve de 8 meses dos jornalistas do *Correio Popular* de Campinas, em 2018. Mas, neste caso, a paralisação de 2021 se deu no decorrer de uma campanha salarial, envolvendo todas as empresas atingidas pelas negociações. Entre os jornalistas de São Paulo, uma paralisação ou greve com essas características não ocorria há décadas.

A paralisação também chamou a atenção muito além de nosso quintal pelo fato de a categoria estar quase 100% em home office. Não por acaso, na mais recente plenária da CUT, ocorrida em outubro último, uma das principais discussões foi a de como organizar a luta sindical com categorias em teletrabalho (veja o box na pág. 7). Poucas semanas depois, nossa categoria avançou algumas respostas bem sucedidas. Quais foram seus principais pontos?

- ➊ a utilização de ferramentas virtuais pelo Sindicato, sobretudo a criação de grupos no WhatsApp, para estabelecer um canal informativo e organizado com a categoria (já há alguns anos);
- ➋ aproveitar o Google Meet e outros ambientes virtuais para realizar reuniões e assembleias (cada vez mais massivas), dando à categoria protagonismo nos debates e nas decisões;
- ➌ lançar mão das redes sociais para reforçar a pressão sobre as empresas e a ampliação do apoio à paralisação.

Veio de longe...

A organização e a confiança que levaram à paralisação não aconteceram de um dia para o outro. Há 5 ou 6 anos, a diretoria do Sindicato organizou grupos de WhatsApp por redação, abertos a todos os jornalistas, para servir exclusivamente de canal de comunicação de assuntos sindicais, ou para que a categoria comunicasse de forma ágil a ocorrência de problemas nos locais de trabalho, tirasse dúvidas, pedisse ajuda ou fizesse críticas. Com erros e acertos, fomos todos aprendendo a lidar com esse canal, do qual participam centenas de pessoas.

A emergência da pandemia em março de 2020 colocou a categoria em home office, sobretudo no segmento de jornais e

“A mobilização deixou um legado”

O depoimento de jornalista que participou da paralisação

O movimento do ano passado pela reposição dos salários com base na inflação do período entre junho de 2020 e maio de 2021 marcou o reencontro das grandes redações com o Sindicato. Nesses tempos de home office, a ideia de uma paralisação ganhou força e adesão nos grupos de WhatsApp dos veículos, no momento em que a maioria das empresas enfrenta um processo acelerado de precarização.

O temor de represálias que sempre pairou sobre os jornalistas em relação ao movimento sindical dissipou-se diante das assembleias cada vez maiores, com até 300 pessoas da *Folha*, *Estadão*, *Valor* e *O Globo*, entre outros. Os jornalistas mais jovens deram exemplo aos veteranos ao assumirem a linha de frente.

O Sindicato ajudou a encontrar um ponto de equilíbrio entre os colegas que temiam sofrer retaliações, e estabeleceu uma fórmula bem sucedida de articulação, na qual a força da categoria ficou evidente. A proposta de paralisação parecia ousada e radical no início, mas ganhou força graças à resiliência de colegas que se revelaram lideranças e encorajaram a categoria.

Cada um à sua maneira mandou o recado da unidade nas redes sociais. A formulação de hashtags unificadas — o tuitaço — deu visibilidade às reivindicações e atraiu apoios importantes na sociedade.

A mobilização deixou um legado e mudou o patamar da relação com o comando das redações. A resistência de muitos em se sindicalizar arrefeceu. O desafio em 2022 é ampliar a relação orgânica do Sindicato com as grandes redações e, quando possível, promover grandes eventos e mobilizações que vão além da pauta salarial.

Os executivos dos grandes veículos precisam saber que as bases perderam o medo e estão conectadas com as lideranças que sentam à mesa nos momentos de negociar direitos e valores.

29 de julho
Jornalistas de rádio e TV fecham campanha salarial de 10 meses (data-base em 1º/12, com inflação de 5,2%), em assembleia com 150 participantes, com reajuste de 5,2% (2,25% em agosto e 2,89% em outubro) e 21% de abono em setembro a título de retroativo.

16 de agosto
Os profissionais de jornais e revistas do Interior de São Paulo encerram sua campanha salarial, com data-base em 1º de junho e inflação de 8,9%, com reajuste de 8,5% (inflação da Fipe) a partir de setembro e manutenção da PLR de R\$ 1.000.

20 de agosto
Nova rodada: empresas propõem 4,45% até R\$ 10 mil e R\$ 445 acima disso (a partir de setembro), sem PLR.

27 de agosto
Assembleia rejeita proposta patronal e reafirma a pauta de reivindicações.

30 de setembro
Após nova assembleia, diretores do Sindicato fazem protesto em frente à *Folha de S.Paulo*, reafirmando a pauta dos jornalistas e exigindo a retomada das negociações.

14 de outubro
Negociação é retomada. Representante descarta pauta dos jornalistas e afirma: “Empresas não consideram a possibilidade de conceder 8,9% de reajuste”.

21 de outubro
Em nova rodada, empresas propõem 5% de reajuste até R\$ 10 mil e R\$ 500 acima disso (a partir de setembro). Aceitam manter a multa da PLR (R\$ 791), mas sem reajuste.

22 de outubro
Assembleia virtual dos jornalistas rejeita proposta patronal e adota contraproposta de 5% de reajuste retroativo e 3,72% a partir de novembro, com correção na multa da PLR. Decide preparar uma paralisação.

SINDICAL

revistas. Uma MP de Jair Bolsonaro, editada no início de abril de 2020, deu às empresas os meios de impor uma redução salarial de 25% sem negociação coletiva. Mesmo com os jornalistas fazendo das tripas coração para manter a atividade mais necessária do que nunca – quando a sociedade buscava de forma incessante informações confiáveis sobre a covid-19 e os meios de se proteger –, *Folha*, *Estadão*, editoras Globo e Abril aproveitaram-se da “oportunidade” para enviar aos jornalistas, um por um, documentos formalizando a redução salarial.

Muito rapidamente o Sindicato foi capaz de aprender a organizar assembleias remotas, com dezenas e centenas de jornalistas. A resistência conseguiu encorpar e agrupar os profissionais das principais redações, obtendo, inicialmente, uma proeza: a organização de um amplo boicote dos profissionais ao documento enviado por e-mail, obrigando a empresa a realizar uma negociação coletiva com o Sindicato (com cada decisão sendo tomada por grandes assembleias).

As empresas tentaram a via de uma Convenção Coletiva (acordo sindical de efeito geral para todas as empresas) prevendo a redução salarial, combatida pela direção do Sindicato e rejeitada de forma unânime por uma assembleia em quatro sessões, em 15 de abril de 2020, que reuniu no total mais de 350 profissionais!

Na continuidade, a mobilização da categoria conseguiu impor que, no *Estadão* primeiro, na *Folha*, depois, houvesse a assinatura de acordos coletivos. Mesmo sem força para impedir a redução de salários, os acordos fixaram controle da jornada reduzida e pontos para disciplinar o home office, incluindo contrapartida financeira. Na Editora Globo, houve um importante movimento com outros Estados; não se chegou ao acordo, mas a editora incorporou pontos levantados pela categoria.

Na virada para 2021, retomando-se com atraso a campanha de 2020, com grandes assembleias, a categoria conseguiu a repositição da inflação de 2%. Mas a negativa das empresas de acordar o retroativo à data-base (1º de junho) deixou um gosto amargo e uma indignação que emergiu, meses depois, na campanha salarial seguinte.

Indignação e mobilização

Em junho de 2021, as negociações entre o Sindicato dos Jornalistas e os representantes das empresas (agrupados no Sindjore, Sindicato dos Jornais e Revistas de São Paulo) começaram de maneira pouco animadora. Frente a uma inflação de 8,9% registrada pelo INPC – o índice nacional de preços no consumidor, medido pelo IBGE –, os patrões acenaram com um reajuste fixo de R\$ 101! Além disso, também retiravam da Convenção Coletiva a cláusula que estipula uma multa para empresas que não contam com um programa de PLR (Participação de Lucros e Resultados). À época, o valor dessa multa era de R\$ 791,90, a favor de cada jornalista.

Logo nas primeiras assembleias, o sentimento coletivo era de grande indignação. Afinal, a categoria sabia bem que as empresas do segmento passaram por apertos na pandemia, mas conseguiram tocar seus negócios com relativa tranquilidade e retornos financeiros, e isso graças a um enorme esforço da categoria. Após as incertezas iniciais de 2020, o mercado publicitário voltou a apostar em parcerias e projetos com jornais e editoras – especialmente no meio digital –, e os resultados positivos eram celebrados em e-mails corporativos divulgados internamente. No caso do *Estadão*, uma consultoria interna registrou o lucro da empresa mesmo em 2020 (em parte pela redução dos salários)!

Para piorar, os veículos vinham praticando demissões de maneira sistemática, sobretudo para os salários mais altos, re-

16:31 ESTAMOS CAMINHANDO

PARA 300 JORNALISTAS!

observação: passamos a Avril Lavigne no Twitter como assuntos mais comentados

16:49 ESTAMOS EM 5º NO TWITTER

À FRENTE DA AVRIL AINDA RS

TODO RESPEITO À AVRIL

16:55 A GENTE VÊ QUE DEU CERTO

QUANDO ATÉ OS ROBÔS TÃO

PARTICIPANDO HAHHAHAHA

17:54 MUITO OBRIGADA. FOI ÓTIMO

E HISTÓRICO

(jornalistas durante a paralisação)

sultando em crescente acúmulo de trabalho e precarização de todas as maneiras imagináveis – incluindo dificuldades materiais para realizar as pautas, por conta de seguidos cortes no orçamento.

A cereja do bolo disso tudo, entretanto, tem relação direta com o desastre econômico promovido por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro: nos meses anteriores, a vida tinha ficado cada vez pior e mais cara, com aumentos nos preços de alimentos, combustíveis e serviços essenciais (aluguel, mensalidades escolares, planos de saúde). Enfim, a inflação oficial de 8,9% era sentida com ainda mais intensidade para as faixas salariais que compõem a nossa categoria, e a conta simplesmente não fechava: como era possível trabalhar mais, em condições piores, e ver o salário real encolher?

Sem mostrar sinais de avanço, as empresas marcavam reuniões a longos intervalos de tempo, deixando a negociação se esten-

der por meses. Mas a cada proposta (ruim) que chegava à categoria, as assembleias tomavam mais corpo, a indignação crescia e a palavra “paralisação” começou a ganhar força. A direção do Sindicato afirmava aos colegas que não seria fácil organizar uma paralisação em trabalho remoto, mas que era possível, e se houvesse uma grande adesão entre jornalistas de todas as redações, seria viável concretizar um movimento amplo e vitorioso. E foi assim que aconteceu!

Não tem recuo!

Para esquentar a campanha, o Sindicato dos Jornalistas (SJSP) promoveu ao longo dos meses ações nas redes sociais e atos na porta das empresas – como no caso da *Folha*, no final de setembro. Mas a diretoria sabia que o jogo duro dos patrões só seria revertido com a categoria entrando em campo. Após o envio de cartas de protesto às empresas e um texto redigido por jornalistas da Editora Globo à direção (que aparentava ser a mais resistente ao avanço das negociações), a discussão sobre uma paralisação já não estava mais no terreno da possibilidade. Em 29 de outubro, uma assembleia com mais de 200 jornalistas contou com momentos emocionantes. Jornalistas resgatavam as grandes greves do início dos anos 1980, como as realizadas pelos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, para reforçar que somente a luta concreta era capaz de mudar a vida. E nós, como trabalhadoras e trabalhadores, deveríamos tomar a decisão de que estávamos unidos, fortes e dispostos a cruzar os braços.

Em um momento da assembleia, um profissional desabafou, meio em tom de brincadeira, meio falando sério. “O patrão faz minha vida ruim em 364 dias do ano. Por que a gente não pode dar uma dor de cabeça para ele em um diazinho sequer?” E foi com esse espírito que se aprovou a paralisação de duas horas para o dia 10 de novembro.

28 de outubro
Nova negociação não anda.

29 de outubro
Assembleia com mais de 200 jornalistas decide a data de 10/11 para a paralisação, e adota um plano de preparação.

5 de novembro
Mais de 60 jornalistas da editora Globo enviam uma carta à direção da empresa contra a intransigência na campanha salarial: “Por que a Editora Globo quer empobrecer seus jornalistas?”

8 de novembro
Empresas pedem nova negociação. Propõem 8,9% para salários até R\$ 5.000 (com 5% retroativo à data-base e 3,72% em janeiro); 6% até R\$ 7.000 e R\$ 420 acima disso.

9 de novembro
Assembleia com mais de 250 jornalistas rejeita proposta e reafirma paralisação. Diretores do Sindicato promovem ato de protesto em frente à Editora Globo.

10 de novembro
Paralisação histórica das 16h às 18h nas principais redações de jornais e revistas. No horário, mais de 350 jornalistas estiveram presentes em duas salas virtuais de debate e mobilização. Nas redes sociais, o assunto ganha grande destaque.

17 de novembro
Assembleia com mais de 230 jornalistas exige nova rodada de negociação e marca paralisação de 4 horas para 23 de novembro. Nos dias seguintes, representantes das empresas pedem que jornalistas enviem nova contraproposta.

22 de novembro
Assembleia com mais de 200 jornalistas faz nova contraproposta: 8,9% para salários até R\$ 15.150 (antigo teto corrigido), com 5% retroativo a junho e 3,72% em novembro, e multa da PLR corrigida. Paralisação é adiada para 25 de novembro.

23 de novembro
Em nova rodada, patrões oferecem 8,9% até R\$ 8 mil (5% em junho e o restante em janeiro), com R\$ 712 acima disso, e aceitam corrigir a multa da PLR em 8,9% (R\$ 862).

Pode parecer pouco tempo e quase simbólico. Sim, os jornais circularam no dia seguinte, as notícias nos sites foram atualizadas após o fim da mobilização, às 18 horas. Mas estava evidente que as empresas não esperavam uma participação tão ampla da categoria. Agrupados em uma sala do Google Meet, jornalistas paralisados começaram a ingressar no “piquete virtual” pontualmente às 16 horas. E as solicitações de entrada na sala não paravam de chegar.

Para garantir a segurança dos profissionais, o SJSP solicitou que quem desejasse ingressar no link do Google Meet enviasse uma mensagem prévia ao nosso secretário de Comunicação, Eduardo Viné. Ele começou a realizar esse trabalho de checagem e aprovação por volta das 15h30 e não concluiu antes das 16h30! A participação foi tão grande que mostrou-se necessário abrir mais uma sala virtual, já que havíamos ultrapassado o limite máximo de integrantes no serviço do Google.

Ao observar que colegas de todas as redações estavam presentes, o conjunto ganhava mais confiança e a certeza de que fazíamos um movimento amplo e unitário. Ao final do dia, o SJSP apurou que todas as empresas sofreram o impacto da mobilização — em algumas redações, mais de 90% dos jornalistas aderiram ao movimento, incluindo editores e chefes de diferentes áreas.

Aplausos no final

Os patrões sentiram o baque. Em 8 de novembro, antevéspera da paralisação, a proposta de chegar à reposição pela inflação apareceu pela primeira vez na mesa. Mas tal reajuste seria só para salários até R\$ 5 mil. Após a mobilização histórica, o teto para o reajuste de 8,9% foi subindo passo a passo. Mas isso ainda era insuficiente: em 17 de novembro, mais de 230 jornalistas afirmaram que se não houvesse uma significativa melhora da proposta, uma nova paralisação, agora de quatro horas, ocorreria na semana seguinte.

E assim começaram os momentos mais decisivos da campanha salarial. As empresas ameaçavam encerrar as negociações se houvesse nova paralisação. E a categoria se mantinha firme na decisão de aumentar o tempo da parada se não houvesse acordo, mesmo diante dos riscos. Ainda assim, em nova tentativa, encaminhou-se uma contraproposta em 22 de novembro.

Em 23 de novembro, dois dias antes da nova paralisação, os patrões retornam com uma proposta: reajuste de 8,9% para salários até R\$ 8 mil (sendo 5% pagos em junho, na data-base, e o restante em janeiro de 2022) e um valor fixo de R\$ 712 para salários acima desse texto. Além disso, a multa da PLR estaria garantida e seria reajustada em 8,9%, chegando a R\$ 862.

Naquele momento, a direção do Sindicato percebera que a

negociação poderia encaminhar para um desfecho positivo — para boa parte dos jornalistas, um teto de R\$ 10 mil para o reajuste de 8,9% era entendido como possível para o fechamento do acordo, embora o justo, no entender geral, fosse a reposição da inflação para todos os salários. Em 24 de novembro, com a tensão inerente a um momento de iminência de nova paralisação, a categoria reuniu-se em duas assembleias, uma no período da manhã e outra de noite. Ambas com centenas de profissionais.

Na parte da manhã, foi decidido pelo envio de uma nova contraproposta: 8,9% para salários até R\$ 12 mil. As empresas responderam que ofereceriam o reajuste para um teto de até R\$ 9 mil, pagando 5% em junho e 3,72% em janeiro.

Na assembleia noturna, com mais de quatro horas de duração, a proposta patronal foi rejeitada. Abriu-se uma discussão: seria apresentada uma proposta de reajuste de 8,9% para salários até R\$ 10 mil ou ainda se manteria uma nova tentativa de pressionar as empresas? Por fim, venceu a proposta vinda da base da categoria, indicando um reajuste completo para salários até R\$ 11 mil, sendo 5% pagos em junho e 3,72% em dezembro — o que acarretaria o reajuste para o 13º salário.

A proposta foi levada às empresas às 23h30, com o comunicado de que a paralisação estava mantida. Nem a diretoria do SJSP, nem os representantes dos patrões tiveram uma noite de sono completa. Em determinados momentos, toda a negociação parecia estar por um fio. Em outros, uma possibilidade de retomar a discussão voltava à baila.

Nessa guerra de nervos, venceu a possibilidade de que a Convenção Coletiva poderia ser assinada. No início da manhã de 25 de novembro, as empresas apresentaram uma nova proposta à categoria: 8,9% para salários até R\$ 10 mil — e um valor fixo de R\$ 890 para vencimentos acima deste teto —, com o reajuste sendo completo no mês de dezembro.

Às 12h, faltando duas horas para o início da paralisação, uma assembleia com quase 400 jornalistas se instala em clima de celebração e vitória. Ainda não era tudo o que queríamos, mas saímos praticamente do zero para chegar ao reajuste completo para boa parte dos salários. Nas falas, destaque para a maneira como a campanha salarial ocorreu: com transparência, sinceridade e, sobretudo, o protagonismo de cada jornalista, que decidiu os rumos do movimento a partir da organização em torno do Sindicato.

Com uma grande salva de palmas, a proposta foi aprovada por unanimidade e um recado final deixou claro o que foi conquistado: a campanha salarial de 2021 estabeleceu um marco para a nossa categoria e, a partir de agora, a luta por salários e dignidade se dará em um novo patamar. Somos trabalhadoras e trabalhadores, exigimos respeito. E a luta continua! ■

Braços cruzados, notebooks fechados

Mobilização em meio ao home office aponta caminhos para o movimento sindical adotar novas ferramentas para manter a luta

Primeira grande paralisação de nossa categoria neste século 21, o movimento coletivo de jornalistas também foi histórico por conta do formato da mobilização: como as empresas mantêm o home office por conta da pandemia, os profissionais cruzaram os braços por duas horas desconectando-se do ambiente virtual de trabalho.

Mas como organizar as e os profissionais, dispersos por toda a cidade (e até em outros estados, como jornalistas que trabalham em sucursais)? O jeito foi utilizar a tecnologia como ferramenta de luta: o “piquete” se deu em um ambiente virtual, reunindo cerca de 350 jornalistas nas salas do Google Meet criadas para agruparem a categoria paralisada.

As reuniões virtuais também se mostraram ferramenta útil para a realização das assembleias: foi possível reunir a categoria de maneira rápida e organizada, com ampla participação nos debates para planejar os passos da luta — que culminaram na reposição dos salários pela inflação do período.

Na avaliação da diretoria do SJSP, outro componente importante para aumentar a pressão sobre as empresas foi a mobilização realizada no Twitter durante a paralisação de duas horas, em 10 de novembro. As hashtags #jornalistassalvamvidas e #jornalistasvãooparar chegaram aos assuntos mais comentados da rede social — a escolha da primeira hashtag é uma lembrança do papel da categoria na cobertura da pandemia.

Entidades sindicais de todo o Brasil, centrais sindicais, federações internacionais de jornalistas, personalidades e companheiras e companheiros de diferentes áreas se somaram na solidariedade ao movimento virtual, garantindo amplitude para a paralisação da categoria.

Diante de novos elementos do sistema econômico trazidos pelo avanço tecnológico, em que as relações de trabalho não se estabelecem apenas dentro de uma fábrica, escritório ou em uma redação, as formas de construir a paralisação adotadas pela categoria indicam caminhos para o movimento sindical organizar a luta da classe trabalhadora, pois os fundamentos das relações de trabalho se mantêm inalterados (relação patrão-empregado).

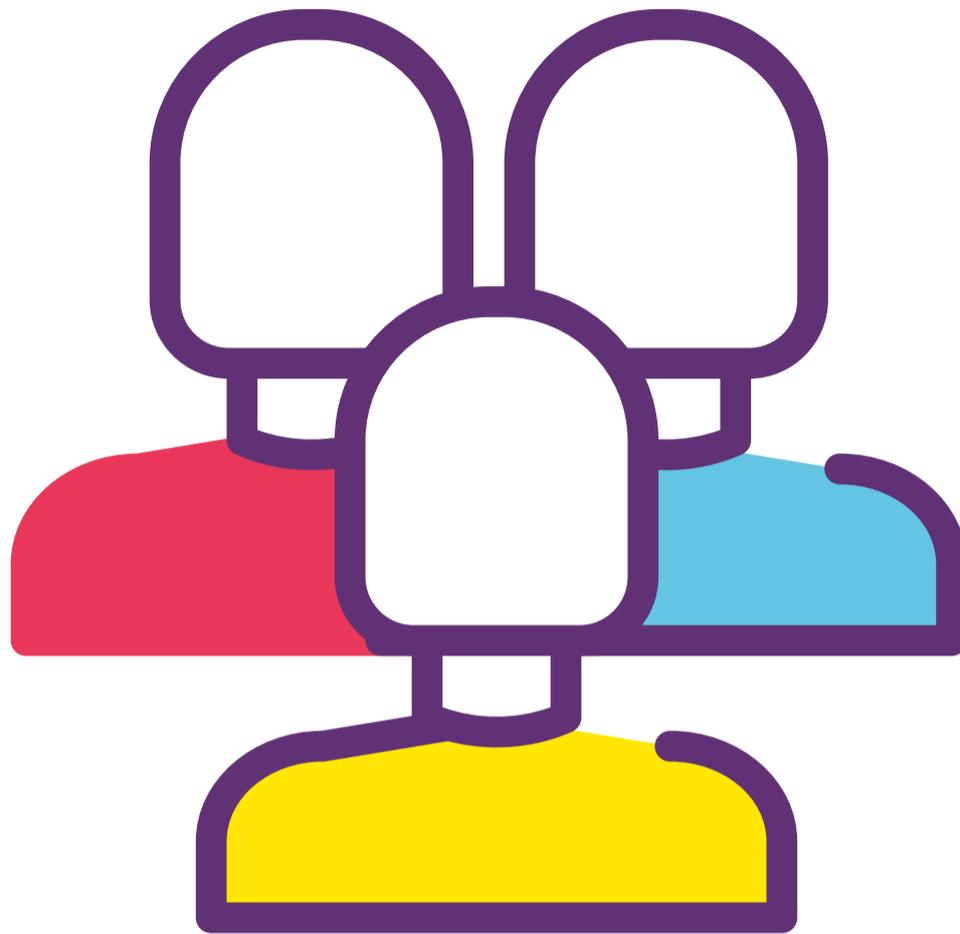
Em outubro passado, a 16ª Plenária Nacional da CUT discutiu, entre outros aspectos, como manter os sindicatos atuantes numa conjuntura global de descentralização e fragmentação do trabalho — com o meio virtual ocupando relevância num ambiente antes marcado pelos espaços tradicionais de produção. Graças à criatividade e à disposição de nossa categoria, dá para afirmar que, sim, é possível pressionar os patrões e avançar na luta utilizando todos os recursos disponíveis, incluindo a tecnologia, mas sobretudo dando todo o protagonismo para a participação da base.

É claro que falta calor humano quando a mobilização acontece em uma sala virtual. Mas como disse um de nossos diretores: “Nunca imaginei que organizar um piquete virtual pudesse ser tão emocionante...” E foi bonito de ver mesmo! **(Thiago Tanji)**

24 de novembro
de manhã: assembleia decide nova contraproposta: 8,9% até R\$ 12 mil (5% em junho e 3,72% em novembro), reajuste escalonado de 8,9% a 8,3% até R\$ 15.150 e R\$ 1.257 acima disso, com aceitação da multa da PLR reajustada. A paralisação é reafirmada para as 14h às 18h do dia seguinte.
à tarde: proposta patronal sobe para 8,9% até R\$ 9 mil (5% em junho e 3,72% em janeiro).
à noite: assembleia com mais de 4 horas de duração, com quase 200 jornalistas, rejeita proposta patronal, adota contraproposta de 8,9% até R\$ 11 mil (5% em junho e 3,72% em dezembro). Paralisação é mantida.

25 de novembro
10h da manhã: empresas propõem 8,9% até R\$ 10 mil (R\$ 890 acima disso), e cedem no parcelamento: 5% retroativo a 1º de junho e 3,72% em dezembro (salário e 13º).
12h: assembleia maciça, em clima de vitória, aceita proposta e fecha a campanha.

PERFIL DA CATEGORIA



O EMPREGO SOB PRESSÃO

EM SETE ANOS, HOUVE REDUÇÃO DE 24% DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS PARA JORNALISTAS NO ESTADO. O NÚMERO DE VAGAS RECUOU AO PIOR NÍVEL DESDE 2007, E O IMPACTO MAIOR FOI SOBRE AS MULHERES

por Priscilla Chandretti

Entre 2013 e 2020, nossa categoria perdeu, 4.319 postos de empregos formais, redução de 24% no período. As informações são de levantamento anual realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP), e se referem a vínculos empregatícios (celetistas ou estatutários).

Como já apareceu nos estudos anteriores (2020 e 21), o primeiro gráfico na página 9 mostra um aumento do mercado formal, até 2013, e depois um recuo constante.

Nesse cenário, não se computam vagas informais, MEIs e outros tipos de pessoas jurídicas (incluindo fraudes no vínculo empregatício, quando o jornalista é assala-

riado de uma empresa mas o empregador impõe uma pretensa relação entre CNPJs, ou quando de fato o jornalista possui o próprio negócio), autônomos e frilas, e demais tipos de arranjos profissionais que possam acontecer na nossa categoria.

Pela própria natureza desses casos, é difícil conseguir dados com precisão. Um levantamento entre os sindicalizados ao SJSP pode dar pistas: 65% afirmam não possuir vínculo empregatício (dados obtidos a partir da declaração dos filiados, portanto, pode haver imprecisão).

A curva no gráfico de empregos formais acompanha, de forma aproximada, o movimento do mercado de trabalho nacional. Até 2012, o índice de desemprego foi sendo reduzido até chegar, naquele ano, em 6,1%; o trabalho informal também sofreu redução, chegando a 32,5% da população ocupada. Em 2019, a desocupação tinha aumentado a quase o dobro, e chegava a

11,9% (após bater em 13,9% em 2017), e o mercado informal retornava ao índice de 41,3% da economia brasileira. Estes números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da PNAD Contínua, ambas do IBGE.

Ou seja, na última década, no Brasil, diminuiu enormemente o número de pessoas ocupadas, e, entre elas, diminuiu também a porcentagem de empregados formais.

Porém, nossa categoria também sofreu diretamente o impacto, a partir da expansão dos smartphones por volta de 2014, do aumento do consumo de notícias e do fluxo de publicidade mediados por grandes plataformas digitais, como Facebook e Google. Como o *Unidade* já reportou, a forma predatória como essas *big techs* usam o material jornalístico produzido por outros, aliado a uma resposta das empresas de jornalismo de economizar, justamente, na força de produção capaz de

dar valor às publicações, tem contribuído fortemente com a redução ou fechamento de redações, em especial nas empresas de jornais e revistas (*mais na página 10*).

Redução mais acentuada entre mulheres

Desde que os dados captados pelo Dieese começam, em 2006, metade ou mais da nossa categoria são mulheres. À medida que aumentou o número de postos de trabalho, aumentou também a proporção, sendo o topo em 2012, com 53%. Em 2020, foi de 51,3%. No quadro de retração de emprego, isso significa que quem mais perdeu oportunidades de trabalho foram as mulheres.

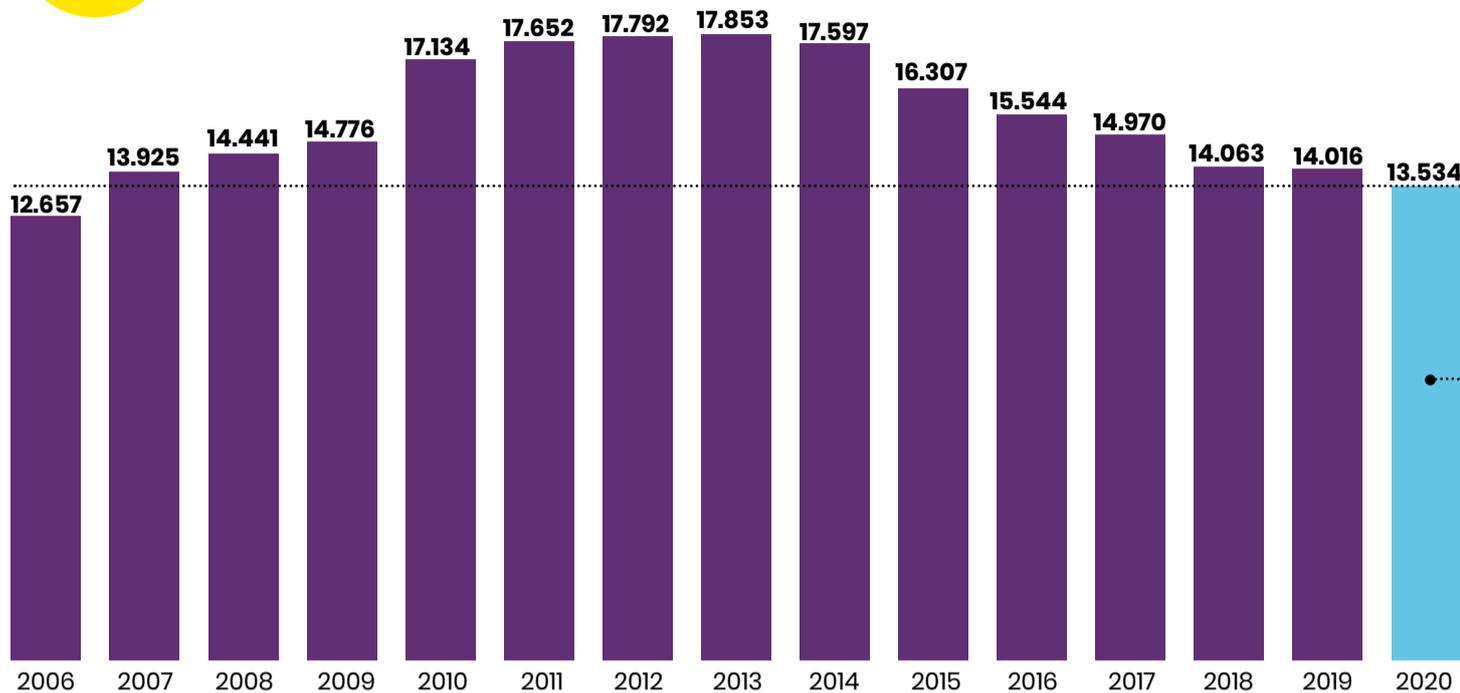
Entre 2013 e 2020, perdemos 2.445 mulheres empregadas; já os homens são 1.874 a menos.

Já a diferença salarial entre elas e eles têm variado pouco. Em 2020, o salário médios das jornalistas correspondia a 84% do salá-



REDUÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

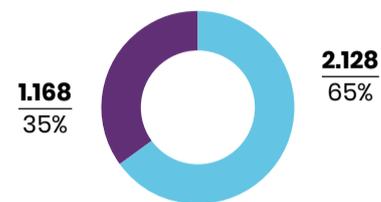
Em 2020, empregos para jornalistas atingiram o menor nível em 14 anos



Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

ENTRE OS SINDICALIZADOS....

■ Sem vínculo empregatício
■ Com vínculo empregatício



INFORMALIDADE

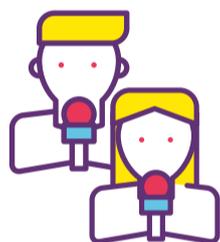
Proporção de profissionais filiados que não têm vínculo dá uma pista sobre o mercado

Fonte: SJSJ

Redução de postos a partir de 2013 atingiu mais as mulheres

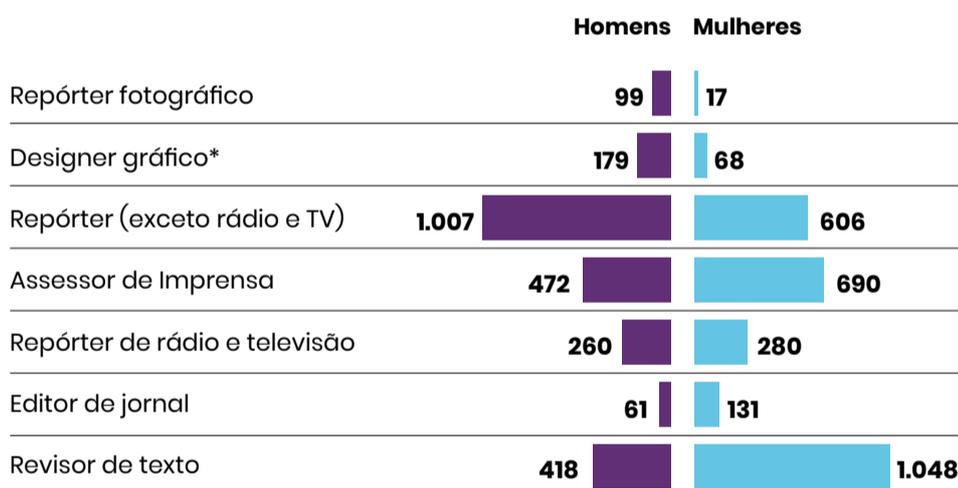
Homens Mulheres

-1.874 -2.445



COMPARATIVO ENTRE GÊNEROS POR FUNÇÃO

Paridade da categoria não se repete em todas as atividades



*Desenhista industrial gráfico (designer gráfico) – ocupações listadas somente para os segmentos de jornais e revistas e rádio e TV

Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

EQUIDADE
51,3%
é a porcentagem de mulheres na categoria em 2020

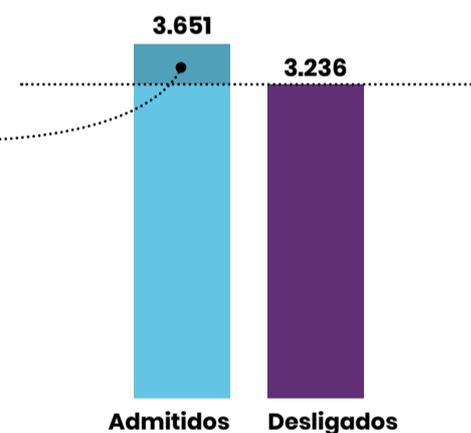


EM 2021, HOUVE CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO

Dados são preliminares e ainda precisam ser verificados com próximas divulgações

SALDO
415

Levantamento entre janeiro e outubro registra demissões e contratações e pode indicar tendência de retomada



Fonte: Caged 2021 Elaboração: Dieese

rio médio deles. No ano anterior, era 82%.

“Essa realidade tem raiz no preconceito e discriminação e nas ideias sociais e culturais que ainda vinculam a mulher à obrigação maior com os cuidados com a prole, com a casa, e também a obrigação de se adaptar ao mercado – nesse caso, aceitando ser PJ ou freelancer”, avalia a secretária-geral do Sindicato, Candida Vieira.

E ela alerta: “Se essas premissas forem verdadeiras, nós vamos encontrar um recuo ainda maior de empregos entre as mulheres quando forem computados os números de todo o período da pandemia.” E isso não só por causa da crise econômica e do derretimento do emprego no país. Mas também porque, de acordo com diferentes estudos e pesquisas, muitas mulheres arcaram praticamente sozinhas com a ausência de creches, escolas, e uma rede de apoio para cuidar dos filhos, o que deixou uma parte completamente esgotada, e outra parte foi

levada a abrir mão de seus trabalhos remunerados, parcial ou totalmente.

Sinais de recuperação

Contraditoriamente, porém, o documento do Dieese mostra que o nível de emprego na categoria pode ter começado a se recuperar em pleno 2021. Números do Novo Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do governo federal, mostram que chegamos a outubro com um saldo positivo de 415 novas vagas. É pouco diante da queda anterior, mas o importante é que indica uma possível inversão de sentido no gráfico – apontando para cima.

Esse cenário, no entanto, precisa ser confirmado tanto com os dados de novembro e dezembro – o Caged é mensal, e cada nova publicação agrega dados, inclusive nos meses anteriores –, como em comparação com a próxima Relação Anual de Informações Sociais (Rais), também

19%
É QUANTO OS JORNALISTAS HOMENS RECEBEM A MAIS QUE AS JORNALISTAS MULHERES, EM MÉDIA

COMO O ESTUDO FOI FEITO

O Dieese, ao qual o Sindicato dos Jornalistas é filiado, se baseou na Rais 2020 e do Novo Caged 2021, divulgados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência, que captam informações dos trabalhadores do mercado formal e possibilitam a desagregação de diversas características.

Como jornalistas são trabalhadores que podem atuar em qualquer empresa de qualquer setor econômico, e como dentro das empresas de comunicação trabalhadores que exercem uma ampla gama de funções são enquadrados como jornalistas, o Sindicato e o Dieese trabalharam para selecionar e delimitar 19 ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que é preciso o suficiente para este fim.

PERFIL DA CATEGORIA



EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Os gráficos fazem a comparação anual de emprego e renda no setor, tendo 2010 como ponto de partida.

Estado de São Paulo, 2010 a 2020



IMPRESSOS

1.641

de profissionais no segmento representam hoje 12% do total da categoria

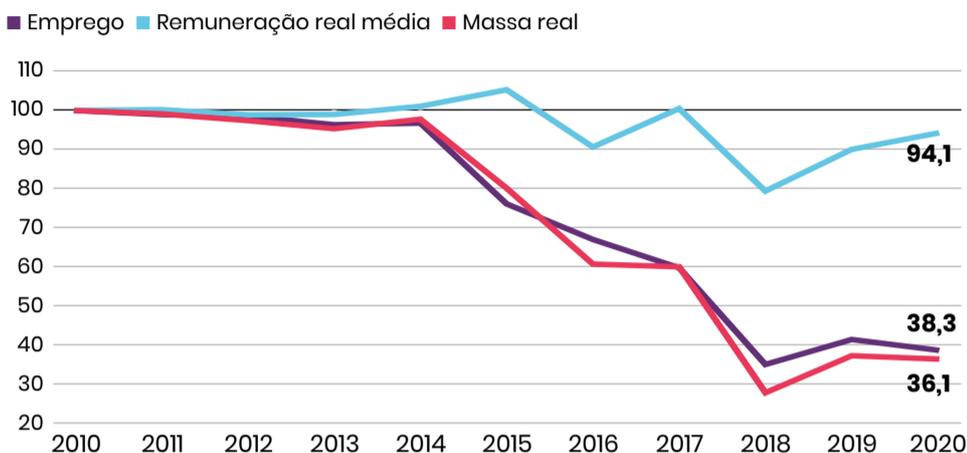


EMISSORAS

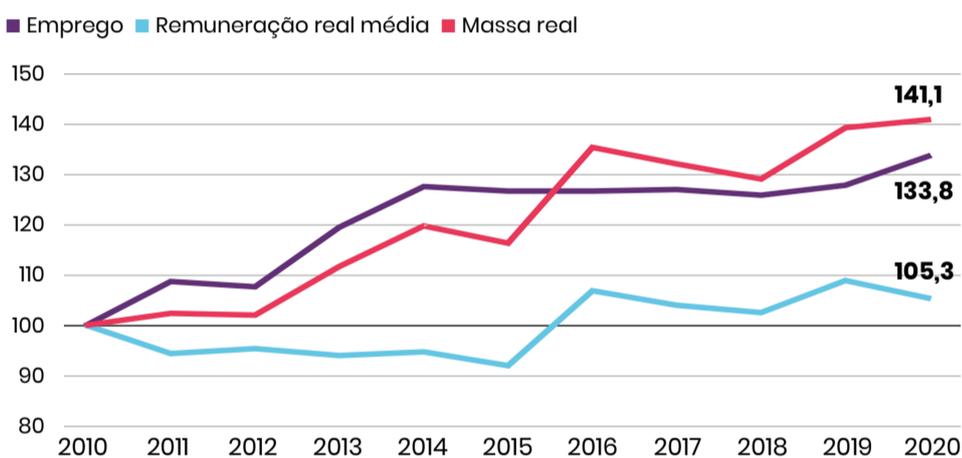
3.432

trabalhadores no setor, o equivalente a 25,4% dos jornalistas paulistas

JORNAIS E REVISTAS 2010 = 100



RÁDIO E TV 2010 = 100



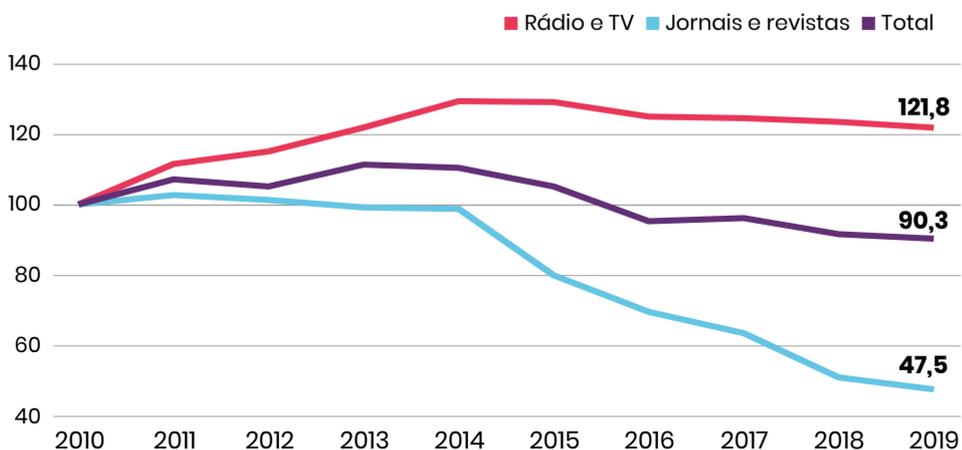
Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

255% FOI O CRESCIMENTO DE VAGAS FORMAIS EM VEÍCULOS DE INTERNET NO PAÍS, EM 10 ANOS. NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FORAM GERADOS 47,8% A MAIS



EMPREGO POR SETOR NO BRASIL

Em levantamento para a Fenaj e a Federação Internacional dos Jornalistas, o Dieese investigou a evolução de postos por segmento econômico 2010 = 100



Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

RECUO GERAL

9,7%

de diminuição de postos de trabalho formais, no Brasil, entre 2010 e 2019

publicada pelo governo federal, que serve de base para o gráfico de comparação histórica com que abrimos esta reportagem.

Jornais e revistas puxam retração

Nos gráficos ao lado, é possível perceber que os dois principais segmentos de atuação sindical do SJSP realizam movimentos opostos, tanto em relação ao nível de emprego como, em consequência, à massa salarial.

Nas empresas de jornais e revistas do estado, prossegue o cenário de encolhimento drástico, com 1.641 empregados (eram 4.281 em 2010, o ano mais alto no setor). Mas há, desde 2019, tímida reação em relação a 2018, ano com menor nível e com queda mais acentuada.

No segmento de rádio e TV, a oferta de vagas continua crescendo. Desde 2010, são quase 900 a mais, atingindo 3.432. Mas cabe notar que, na comparação entre 2020 e 2019, o salário médio no setor teve queda real de 3,3%, o que não aconteceu no setor de impressos.

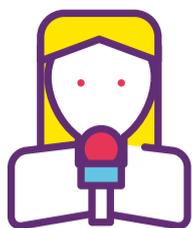
Movimentação nos locais de trabalho

Para esta reportagem, também consultamos outro estudo do Dieese realizado a pedido da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ). Há duas diferenças na base de dados: a mais importante é que esses números são nacionais. Além disso, enquanto a maior parte dos gráficos destas páginas inclui informações da Rais 2020, a pesquisa nacional registra a Rais entre 2010 e 2019.

Aqui, buscamos analisar tendências de movimentação entre os diferentes setores econômicos em que se desenvolve o jornalismo. Afinal, o estado de São Paulo representa 30% do total nacional da categoria.

A redução de redações de jornais e revistas se confirma nacionalmente. Salta aos olhos, enquanto isso, o grande crescimento em empresas de internet (provedores e portais), mesmo que profissionais neste segmento econômico representem ainda um percentual tímido no cômputo total. Inclusive, foi um dos poucos segmentos em que o emprego cresceu ano após ano, não sendo afetado por nenhum tipo de crise.

“É fato que cada vez mais uma parte significativa da categoria está migrando para um trabalho no jornalismo digital e redes sociais. Isso aparece tanto neste número crescente de empregados em portais e provedores de internet, quanto no fato de que mesmo no segmento de rádio e TV, e de jornais e revistas, os profissionais se envolvem cada vez mais num trabalho que é divulgado e publicado na internet. Profissionais de portais, por exemplo, como o G1 ou o R7, aparecem neste levantamento como jornalistas no segmento de rádio e TV, porque trabalham em empresas de TV. Portanto, essa discussão diz respeito ao conjunto da categoria, e o movimento sindical dos jornalistas tem que atualizar discussões que envolvem acúmulo de funções, reprodução do trabalho jornalístico, porque as empresas se aproveitam dessa mudança tecnológica acelerada para ampliar a exploração e as tentativas de rentabilizar o trabalho jornalístico a despeito do jornalista”, explica Paulo Zocchi, vice-presidente da Fenaj.



CATEGORIA É JOVEM E FEMININA...

Quase dois terços estão abaixo dos 40 anos, e, quanto mais baixa a faixa etária, há mais mulheres. Números não incluem aposentados

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE TRABALHADORES		REMUNERAÇÃO MÉDIA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18 a 24 anos	510	770	R\$ 2.699,7	R\$ 2.874,7
25 a 29 anos	1.037	1.319	R\$ 4.240,7	R\$ 3.997,2
30 a 39 anos	2.473	2.653	R\$ 7.217,4	R\$ 6.538,9
40 a 49 anos	1.425	1.338	R\$ 9.817,9	R\$ 8.379,1
50 a 64 anos	999	774	R\$ 11.219,9	R\$ 10.433,7
65 anos ou mais	148	78	R\$ 13.211,2	R\$ 9.350,4
Total	6.597	6.937	R\$ 7.698,1	R\$ 6.466,3

Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

Composição racial continua a mesma

“A cada ano, a mesma ferida continua aberta. É isso que nós, jornalistas negras e negros, constatamos a cada novo estudo. Temos grandes empresas de comunicação adotando e anunciando programas de diversidade nas redações. Porém, os números são incontestáveis e vemos que, na verdade, essas iniciativas são apenas uma tentativa de mostrar inclusão de negras e negros, que não há na realidade”.

A avaliação é da secretária-geral do SJSP, Candida Vieira, e ela se refere ao fato de que, em 2020, jornalistas pretos e pardos eram apenas 14% no mercado formal. Isso não representa quase nenhum avanço frente ao ano anterior, quando se registrou 13%. Em números absolutos, são apenas seis profissionais a mais. Neste tema, destacamos que as informações de raça/cor na Rais são fornecidas pelos RHs dos empregadores, e incluem ainda as raças indígena, amarela, não identificada e ignorada.

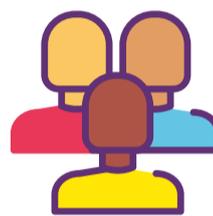
Perfil do sindicalizado

Neste ano, o SJSP iniciou uma sistematização dos dados cadastrais dos jornalistas sindicalizados, buscando levantar quais são os setores mais presentes na entidade. É parte de um esforço de avaliação para saber se o Sindicato tem servido como ferramenta de defesa dos interesses dos diversos segmentos da categoria.

As informações não são completas (o quesito raça/cor ainda não foi informado por 72% dos sindicalizados), e precisam ser o objeto de uma análise mais aprofundada, mas permitem iniciar alguns debates. Por exemplo, sobre a participação de jovens e mulheres em proporção bem inferior à da categoria – ainda que seja preciso considerar que cerca de um terço dos sindicalizados é composto de aposentados, parcela que, claro, não aparece na pesquisa do Dieese, baseada em vínculos empregatícios ativos. É uma parte importante da nossa categoria, que ingressou na carreira, muitas vezes, há mais de 40 anos: qual era a presença de mulheres então?

O primeiro gráfico desta página mostra como, na categoria, aumenta a presença de mulheres entre as faixas etárias mais baixas, indicando que a sub-representação desses dois segmentos no SJSP pode ter, em parte, o mesmo motivo: como o Sindicato, aparentemente, teve dificuldade de trazer novos membros nas últimas duas décadas, também não filiou boa parte desse novo contingente feminino. Uma hipótese a se estudar.

Se você quiser consultar os últimos dois levantamentos, bem como debates realizados sobre o baixo contingente negro nas redações e o impacto das *big techs* no emprego da categoria, nós reunimos essas matérias em: <https://bit.ly/perfisSJSP>

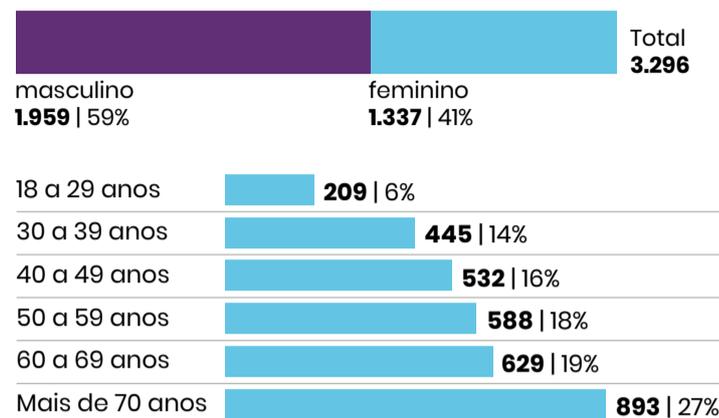


Negras e negros são **14%** dos profissionais com vínculos

Salário médio de homens brancos é **66%** maior que de mulheres pardas

... O SINDICATO, NEM TANTO

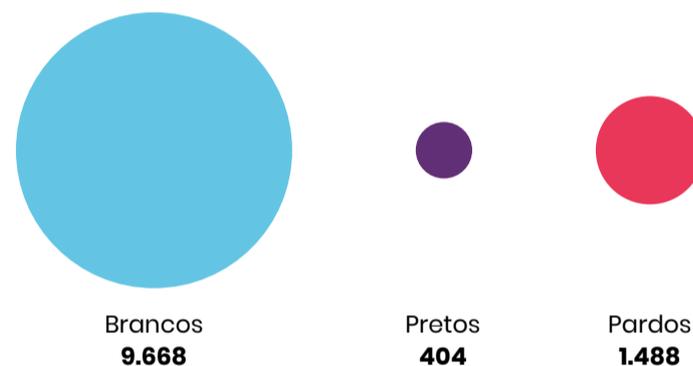
Números de filiados, por outro lado, registram os jornalistas aposentados. Eles são quase 30%



Fonte: SJSP

PRESENÇA E SALÁRIOS ENTRE BRANCOS E NEGROS

“Ferida aberta”, exclusão de jornalistas negros no mercado formal não sofreu nenhuma alteração significativa entre 2019 e 2020



SALÁRIO MÉDIO POR RAÇA E GÊNERO

Valores mensais, em R\$

Homem branco	8.252,6
Mulher branca	6.873,1
Homem pardo	6.519,7
Mulher preta	5.551,7
Homem preto	5.490,6
Mulher parda	4.954,6

Fonte: Rais - ME. Elaboração: Dieese

EM TODO O ESTADO, JORNALISTAS INDÍGENAS COM EMPREGO FORMAL SÃO SÓ

17

PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA

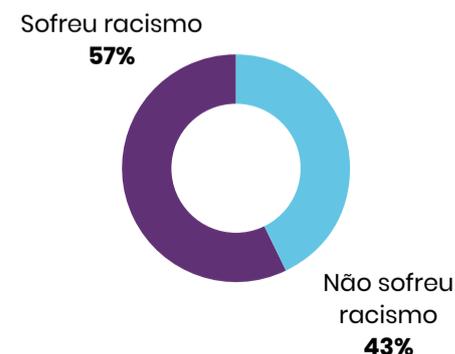
Outra pesquisa, divulgada no final de 2021, confirmou uma hegemonia branca dentro das redações brasileiras: 76% se declaram brancos no estudo nacional organizado pelo site *Jornalistas&Cia*. Apesar da metodologia diferente, os números apresentados pelo Dieese estão próximos, com 71% dos profissionais sendo enquadrados no quesito raça/cor branca pela Rais.

O Perfil Racial foi construído a partir de 750 respostas a um questionário, que só pôde ser preenchido por jornalistas de redação em atividade. Além de informações sobre a composição de veículos jornalísticos pelo Brasil, o estudo busca outros elementos de racismo na imprensa. Por exemplo, ao longo da vida profissional, 57% dos entrevistados identificam marcas de discriminação e 98% relatam maior dificuldade para o desenvolvimento da carreira em relação aos brancos

Candida Vieira, secretária-geral do SJSP, avalia que as empresas e empregadores se baseiam num conceito de diversidade racial, em contraposição aos conceitos de igualdade e equidade. “Com esse enfoque, a inclusão de negras e negros nas redações é ínfima. A branquitude das redações não será superada com a inclusão de um ou outro negro ou negra, que ficará isolado em redações brancas. E, claro, isso tem toda a relação com a falta de pluralidade de olhares na mídia.”

Veja mais sobre a pesquisa em <http://unidade.org.br/por-que-tao-branca/>

Maioria dos jornalistas negros sofreu algum tipo de ação racista em sua vida profissional



Fonte: Pesquisa Perfil Racial - Fase 3 - Jornalistas negros

FOTOJORNALISMO



No centro do poder

fotos Gabriela Biló

Em pouco mais de dez anos, a repórter fotográfica Gabriela Biló deixou de atuar na pauta de uma agência de fotografia em São Paulo para trabalhar em Brasília como enviada de *O Estado de S. Paulo*, cobrindo diariamente os acontecimentos políticos em um dos momentos mais complexos da democracia brasileira. Ao longo dessa trajetória, a jornalista colecionou prêmios e construiu uma sólida carreira, se destacando por seu trabalho e por manter um posicionamento assertivo pelo espaço das mulheres no fotojornalismo.

Nascida em 1989, Biló é uma profissional forjada nas ruas, de uma geração que acompanhou, e viveu, as jornadas de junho de 2013, cobrindo o dia a dia das manifestações que se sucederam desde então. Sua inquietação a levou a fundar em 2016 o Mamana, coletivo formado apenas por mulheres, que busca combater a misoginia e fortalecer o trabalho e a atuação de fotógrafas por meio de exposições, ensaios documentais e trabalhos fotojornalísticos.

Há três anos ela migrou para Brasília a convite do *Estadão*. A dinâmica da capital federal e a cobertura dos acontecimentos políticos brasileiros abriu uma oportunidade para que seu trabalho alcançasse todo o país e pudesse ser visto internacionalmente. A fotógrafa rompeu ainda outras barreiras: foi a primeira mulher da história do veículo a cobrir política no Distrito Federal.

A reboque, o reconhecimento. Foram dezenas de prêmios ao longo da carreira. Em 2020, Biló foi finalista e recebeu a menção honrosa do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog. Em 2021, foi laureada no 14º Troféu Mulher Imprensa, na categoria fotojornalismo. Neste ano, a Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado de São Paulo (Arfoc-SP) a escolheu como uma das homenageadas da 16ª Mostra Anual de Fotojornalismo.

Pouco tempo e muita história para contar. Ela compartilhou um pouco dessas histórias em entrevista ao *Unidade*, que pode ser vista em nosso site. ■

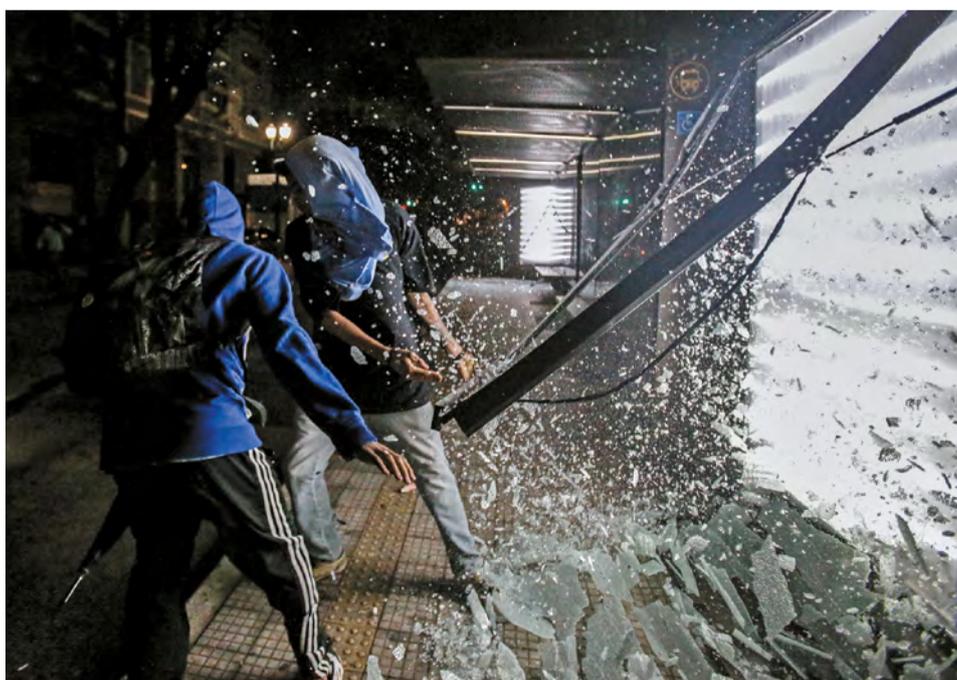
Texto: Eduardo Viné Boldt



A cobertura de política obriga o fotojornalista a estar extremamente informado sobre os bastidores do poder. O olhar apurado de Biló consegue contar histórias e retratar os acontecimentos de Brasília no registro de pequenos gestos e no trabalho de composição



Ao centro, *O presidente viral*, fotografia que recebeu menção honrosa no 41º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog. Acima e abaixo, imagens da cobertura da repórter fotográfica em manifestações desde a jornada de junho de 2013



COJIRA

Risério, racismo reverso e a Folha sendo Folha

Jornal, que construiu sua imagem como porta-voz da democracia e dos direitos humanos nos anos 1980, não insere o combate ao racismo estrutural na filosofia do projeto editorial

Dennis de Oliveira

No final de janeiro, as redes sociais foram tomadas por uma polêmica envolvendo o antropólogo Antonio Risério, que publicou no dia 16 de janeiro um artigo no caderno Ilustríssima da *Folha de S. Paulo* intitulado “Neorracismo identitário” (“Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo”, na versão digital). Na sequência, manifesto de mais de 180 jornalistas criticou o texto acusando-o de ser racista. Um outro grupo de pessoas lançou uma carta de apoio a Risério. E o jornal *Folha de S. Paulo* se defendeu, por meio do seu diretor de Redação Sérgio Dávila, com o costumeiro argumento de defesa do pluralismo e acrescentando ainda certo tom ameaçador contra os jornalistas que assinaram o manifesto.

Dávila afirma que “o texto erra, é parcial e faz acusações sem fundamento, três características indesejáveis em se tratando de profissionais do jornalismo”. Depois diz que “a *Folha* seguirá fazendo o jornalismo que a consagrou nos últimos 100 anos, com uma Redação que esteja disposta a implementar com profissionalismo os princípios defendidos por seu Projeto Editorial: um jornalismo crítico, apartidário, independente e pluralista”.

Neste artigo quero retomar justamente essas ideias de pluralismo e diversidade que parecem ser um mantra na argumentação do jornal. Em artigo publicado no *Unidade* nº 413 sobre o caso da saída da ativista Sueli Carneiro do Conselho Editorial e o texto do Leandro Narloch sobre as “sinhas pretas” já abordei inicialmente esse aspecto.

Projeto Folha

No final dos anos 1980, quando o movimento pela democratização do Brasil ganhava força e impulsionava a luta pelo fim da ditadura militar, o jornal *Folha de S. Paulo* começa a pôr em prática o seu

novo projeto editorial em consonância com os novos tempos. Depois de optar pela prática da autocensura no período mais duro da ditadura (anos 1970), a emergência dos novos sujeitos coletivos no cenário da democratização vislumbrou uma possibilidade de o veículo ocupar o espaço de fomentador da esfera pública que se construía.

Naqueles idos dos anos 1980, o jornal cobriu as ações do movimento estudantil, criou uma página de debates onde personalidades eram convidadas para apresentar análises e perspectivas de assuntos do momento, houve um investimento em montar um time de articulistas e ainda abriu espaço para dar visibilidade a iniciativas sociais de combate à crise econômica. Ao mesmo tempo investiu em um padrão industrial de produção jornalística, estabelecendo normas de captação e redação, controles rígidos de qualidade e quase que impondo um certo “engajamento” ideológico dentro da redação.

Com a democratização institucional do país se estabelecendo depois dos anos 1980, a história se encarregou de criar cenários um tanto distintos do que certa parte da intelectualidade rebelde dos anos 1970 previa. O que sempre se colocou nesta ideia de “redemocratização” foi o protagonismo de determinados segmentos da classe média intelectualizada cujas ações foram interditadas com a ditadura militar. A democratização do final dos anos 1980, ainda que mantivesse intacto o aparato repressivo da ditadura militar, inclusive a possibilidade de tutela militar com o famigerado artigo 142 da Constituição, abriu algumas janelas de oportunidades para uma mudança no cenário político. Ao mesmo tempo que isto ocorria, o capitalismo no mundo todo entrava na sua fase neoliberal, o imperialismo dos Estados Unidos consolidava sua posição com a vitória na Guerra Fria e houve uma



REPRODUÇÃO

avalanche conservadora sem precedentes naquele período.

Esse é o cenário contraditório em que o período da “redemocratização” embarcou. E qual a direção que tomou o tal “Projeto *Folha*” e seus entusiastas jornalistas e intelectuais engajados nas lutas contra a ditadura nos anos 1970? Como empresa, é fato que o jornal *Folha de S. Paulo* embarcou na onda neoliberal, defendendo as ideias de Estado mínimo, privatização de estatais, entre outros. Para manter as ideias de “diversidade e pluralidade” como princípios de valores democráticos, passou a tratar as demandas dos movimentos sociais com ceticismo.

Estética das redes sociais

Mais recentemente, a mídia hegemônica passou a ser pressionada pela estética do novo ecossistema midiático em que a esfera pública é pautada por uma guerra



À MEDIDA QUE A DISCUSSÃO SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL AVANÇA, MAIS NÍTIDA FICA A IMPOSSIBILIDADE DE SE EQUACIONAR O PROBLEMA DO RACISMO DENTRO DOS PARÂMETROS DO CAPITALISMO

Fac-símile da página da Ilustríssima da *Folha de S. Paulo*, de 16 de janeiro de 2022, que traz o artigo de Antonio Risério

de narrativas. A argumentação foi trocada pela assertividade e, em alguns momentos, pela agressividade; e a veracidade, substituída pela verossimilhança. Em vez de articulistas, digital influencers. E o jornalismo passou a ser contaminado por aquilo que Paul Virilio chama de “profissionalismo delirante” – depender mais da opinião dos outros do que da qualidade da sua argumentação.

A indiferença e o suposto comportamento cético e *blasé* contaminam determinados articulistas quando se apercebem que certos debates passam ao largo dos seus controles. Este é o caso do debate do racismo no Brasil. À medida que a discussão sobre o racismo estrutural avança por meio de intelectuais e militantes do movimento negro, mais nítida fica a impossibilidade de se equacionar o problema do racismo dentro dos parâmetros do capitalismo e do liberalismo. Ao mesmo tempo, defender a manutenção do racismo para um veículo que construiu sua imagem como o porta-voz da democracia e dos direitos humanos nos anos 1980 é um tiro no pé. A solução é formalmente ser contra o racismo, mas não inserir o combate ao racismo estrutural dentro da filosofia do projeto editorial, o que implicaria, por exemplo, em estabelecer que o racismo não deve ser relativizado. E aí deixar o tema como objeto de um debate na estética das redes sociais. Para tanto, a *Folha* conta com um grupo de “provocadores” que vira e mexe toca nestas feridas, como o próprio Risério, Narloch, Magnoli entre outros.

Mas este pluralismo e a diversidade tão apregoados pela *Folha de S. Paulo* não são ilimitados como aparentam.

No ano de 2014, a empresa que edita o jornal *Folha de S. Paulo* foi processada por permitir que seus funcionários fizessem brincadeiras racistas contra um trabalhador negro prestador de serviço na empresa. A empresa recorreu à surrada alegação de quem é pego praticando racismo: foi apenas uma brincadeira. O juiz não aceitou a alegação e condenou-a a indenizar o trabalhador vítima do racismo. O jornal recorreu e perdeu também em segunda instância, embora tenha obtido uma redução significativa do valor da indenização. Isso mostra que o combate formal ao racismo no jornal não está diretamente vinculado a abrir mão dos privilégios brancos. É o racismo à brasileira que permeia o veículo. ■

ENTREVISTA

Guilherme Balza



ARQUIVO PESSOAL

QUANDO O JORNALISMO SALVA VIDAS

por Adriana Franco
Eduardo Viné Boldt

A

o longo de quase dois anos, o repórter e diretor do Sindicato dos Jornalistas Guilherme Balza investigou profundamente as denúncias sobre as atitudes da Prevent Senior durante a pandemia do coronavírus. O que se iniciou como uma reportagem factual acabou com a descoberta de condutas antiéticas e práticas deturpadas da medicina, que podem ter provocado a morte de várias pessoas.

Em entrevista ao *Unidade*, Balza contou sobre o desenrolar da história que acabou pautando os trabalhos da CPI da covid-19 no Senado. Jornalista formado pela Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA-USP), o repórter iniciou sua carreira no *UOL*, como redator, ainda durante a graduação. Trabalhou na CBN e hoje é repórter da *GloboNews*. O caso da Prevent Senior acabou ocupando todos os telejornais da casa e, recentemente, se tornou documentário, exibido pela Globoplay.

Balza defende que o jornalista deva se posicionar, inclusive nas redes sociais. Afirma: “O jornalista tem de ter ponto de vista, tem de ter uma perspectiva sobre as coisas. Eu acho que falsear isso é mentira”. Foi essa postura que o trouxe à direção do Sindicato dos Jornalistas na atual gestão: “Eu acho fundamental a gente ter um sindicato forte e atuante diante da conjuntura que vivemos, de um governo que persegue jornalistas”.

ENTREVISTA



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Quer saber como é a sua trajetória e como você construiu a sua carreira? Sei que você teve passagem pela CBN, então queria que você contasse um pouco sobre isso.

Comecei a estudar jornalismo em 2005, na Escola de Comunicação e Artes da USP. A primeira redação na qual trabalhei foi a do *UOL*, em 2008. Ainda estava na faculdade e não era estagiário. No Grupo Folha, naquela época, não existia a figura do estagiário. Entrei como efetivo, mas não era registrado, era “frila fixo”. Enfim, era contratado de modo informal, como acontece em muitos lugares até hoje. Comecei como redator, depois virei repórter. Fiquei no *UOL* até janeiro de 2015. Foram seis anos e meio praticamente ali.

Fiquei um ano fora e, quando voltei, já comecei na Rádio CBN. Nunca tinha pensado em trabalhar em rádio, mas topei na hora. Fiquei na CBN durante quase quatro anos como repórter, até que fui contratado pela *GloboNews*, em novembro de 2019. Também nunca tinha pensado em trabalhar em TV, mas veio esse convite. Nesse período participei de algumas grandes coberturas, fiz reportagens para o *Jornal Nacional*, *Fantástico*.

Você trabalhou em diversas áreas dentro do jornalismo. Desde escrever para site até atuar em rádio e TV. Como conseguiu articular essas mudanças dentro da sua trajetória?

O *UOL* foi uma grande escola porque foi minha primeira redação. Estava ainda no terceiro ano da faculdade e você chega numa redação, já tem responsabilidades, cobranças muito fortes, então é um impacto inicial. Mas foi uma grande escola porque lá fiz muita coisa. Foram muitas coberturas diferentes, coberturas grandes: os protestos de junho de 2013, o golpe no ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, viajei bastante, mas às vezes tinha um trabalho muito burocrático de fazer galeria de foto, que dava muita audiência. Eu me forcei repórter de texto ali, então, sempre que pensava uma notícia, já pensava na lógica do texto. Na transição para o rádio, tive de mudar muita coisa. Mas é um processo, não é um negócio imediato. E, ao vivo, tem que aprender a improvisar; tem que aprender a não ficar preso ao texto, o rádio me deu isso. É um veículo com uma característica de ser muito local, dos problemas da cidade. Na CBN cobri



SERIA SAUDÁVEL SE O JORNALISTA PUDESSE SE POSICIONAR DE FORMA CLARA. TEMOS QUE TER MATURIDADE DE ENTENDER QUE O JORNALISTA TEM O SEU PONTO DE VISTA

muitos problemas da cidade: assuntos da Câmara Municipal, casos de suspeita de corrupção ou de alguma irregularidade na prefeitura, em secretarias etc.

Passar pelo rádio me facilitou na transição para a TV. Em rádio praticamente é tudo ao vivo; tem matéria gravada, mas muita coisa se faz ao vivo. Na TV também, especialmente na *GloboNews*. Então, o repórter faz até VT, produz matérias especiais, mas é uma cobertura quente. E acho que o rádio facilitou nessa transição. Tenho um problema com a imagem, que muita gente também tem, e não gosto de me ver, mas essa adaptação vem com o tempo.

O que você pensa sobre jornalistas se posicionarem politicamente nas redes?

Essa pergunta é bem interessante. O jornalista tem lado, tem um ponto de vista. Aliás, o jornalista tem de ter ponto de vista, tem de ter uma perspectiva sobre as coisas, porque falsear isso é mentira. Todo mundo tem um ponto de vista, todo mundo quando está escrevendo uma matéria e pensando em uma pauta é permeado por esse ponto de vista e por essa visão que se tem da sociedade. Agora, o jornalismo tem um método, tem limites, tem regras. Tem um método que é apurar, apurar, apurar. A gente não pode colocar uma coisa falsa, mentirosa no ar ou uma coisa que deixa dúvida. Tem que ter esse rigor. O nosso ponto de vista não pode atropelar. Esse rigor é um exercício diário.

Existem as questões editoriais [do veículo]. Os lugares em que a gente trabalha têm os seus posicionamentos editoriais. E limites existem em todas as redações, inclusive em veículos de esquerda. Agora, você tem o seu ponto de vista e tem de se esforçar para defender nas matérias e nas pautas que sugere. A gente está num país como o Brasil, em uma cidade como São Paulo, e tem que olhar onde está, o que

é relevante para a nossa população, para o debate público. O nosso país é profundamente desigual, com história violentíssima. É uma história de escravidão de 400 anos que marca tudo no nosso país. E isso tem de ser contado no jornalismo. É o que a gente tem que mostrar em várias áreas, seja na questão urbana, no transporte, na questão da moradia. A gente não pode perder de perspectiva a história do Brasil, a formação no Brasil, como se deu, e a nossa realidade. O jornalista tem que sempre olhar, identificar. Até porque a gente é trabalhador, e comunga muitas vezes dos mesmos problemas. Muitas vezes, a gente vive em um microcosmo no jornalismo transitando entre pessoas supostamente importantes, com dinheiro – seja celebridades, políticos, empresários – e não pode perder de perspectiva onde está, onde pisa e de onde veio; quais são os problemas do nosso país, os profundos problemas históricos e, sempre que possível, transformar isso em material jornalístico.

A mesma coisa vale para quando você vai fazer uma matéria de denúncia, como o caso da Prevent Senior. Você observa um absurdo que estavam fazendo: distribuindo para os seus associados uma medicação perigosa e que não tinha eficácia nenhuma, de forma indiscriminada e sem informação. E a gente tem de ter a capacidade de se indignar com isso. Pegar essa indignação, essa revolta e falar: “Não, espera, vamos entender o que está acontecendo e apurar de forma que isso vire uma matéria. Vamos apurar por que isso está acontecendo, quem está ganhando, qual é o alcance. A gente também não pode ser preguiçoso. O repórter tem de apurar. Vejo muita gente e vários veículos fazendo coisas superficiais que não explicam nada, não aprofundam. E tem uma dinâmica de rede social que é muito de repercussão de polêmicas que muitas vezes não afe-

Hoje na TV, Balza é diretor sindical atuando na maior base do SJSP

tam a nossa população. Tem uma coisa do declaratório: “tal fulano falou isso”. O jornalismo tem de ir além disso. Claro que todo o tempo não dá, porque essas coisas exigem recursos, tempo, empenho, é cansativo e não é fácil.

Com relação às redes sociais, seria saudável se os jornalistas pudessem se posicionar de forma clara. A gente tem de ter maturidade enquanto sociedade para entender que o jornalista tem seu ponto de vista e tem direito de se posicionar. A gente está num momento difícil, então tem que ter os cuidados porque senão pode se voltar contra você. Então, você pode ser perseguido, alguém pode colocar em dúvida o seu trabalho, e o jornalista tem de saber se posicionar quando for preciso, mas também saber tomar alguns cuidados para não virar vidraça e prejudicar sua carreira.

Você falou de jornalista trabalhador. Uma coisa que o Leonardo Sakamoto sempre fala é de que o jornalista não se reconhece como trabalhador justamente porque está entre os poderosos. Então, se entende igual ao poderoso e não ao trabalhador. Qual é a sua relação com o Sindicato? Desde quando você é sindicalizado e qual a importância do Sindicato para a categoria?

A questão do jornalista não se reconhecer como trabalhador, [se deve ao fato de] que a gente transita entre os poderosos, tem acesso a coisas que a maior parte da população não tem. Então, isso dificulta, embaralha a visão, principalmente dos mais novos. E o tempo vai mostrando que nós somos trabalhadores, mas há uma questão maior: os jornalistas, em sua maioria, vêm da classe média, e a classe média brasileira hoje tem dificuldade de se reconhecer como classe trabalhadora. Tem uma condição um pouco melhor, um pouco mais privilegiada que grande parte da população, mas tem de vender sua força de trabalho todos os dias e depende disso para viver. Se parar de fazer isso vai à falência, vai morar na favela, sei lá, é classe média e não se reconhece como classe trabalhadora por uma questão ideológica. Você é bombardeado na classe média: “Você é elite! Você é elite!”. Isso acabou sendo introjetado pela classe média brasileira e os jornalistas, como vêm dessa classe, muitos comungam dessa posição.

Sobre o Sindicato, comecei a me interessar já há algum tempo. Tem uns dez anos que tenho alguma proximidade com as discussões. Sempre fui muito próximo do coletivo *Sindicato é pra lutar* e, no ano passado, houve um movimento muito interessante de aproximação de setores que divergiam. Houve um reconhecimento também de que o Sindicato teve um papel muito importante nos últimos anos e, nas últimas gestões, se aproximou da categoria.

**Apurar, apurar.
A atuação
do jornalista
profissional
envolve um
método**



Na Globo, tínhamos uma situação em que o Ricardo Vital, que era um diretor, queria se afastar porque estava há muito tempo na diretoria do Sindicato, e a gente ia ficar sem representação. Então, houve uma conversa minha com o Paulo Zocchi, que é nosso diretor e foi o nosso presidente, e perguntou se eu não teria interesse. Eu falei que sim.

É uma missão difícil porque minha vida é muito atribulada, mas acho fundamental que a gente tenha uma representação na Globo, que é a maior base do Sindicato. E eu me interessei porque acho que é fundamental ter um sindicato forte e atuante diante da conjuntura de um governo que persegue jornalistas. E porque tem uma precarização, em geral, da categoria que avança muito rapidamente, não só dos jornalistas, mas dos trabalhadores de forma geral.

Querida que você falasse um pouco mais sobre o caso da Prevent Senior. Como foi a apuração, de onde surgiu, qual foi a primeira pista para você seguir essa história?

A história da Prevent Senior apareceu pela primeira vez na minha vida de jornalista no começo da pandemia, em março de 2020. Naquele momento as mortes por covid estavam concentradas nos hospitais da Prevent Senior aqui em São Paulo. E uma pessoa me procurou para dizer que era um parente da primeira vítima, o primeiro morto por covid, um porteiro do bairro do Paraíso. E me procurou falando: “Olha, estou indignado! Porque o meu tio morreu, e foram negligentes. Ele deu entrada com os sintomas de covid e não fizeram teste, mandaram de volta para casa. Ele voltou depois já muito mal”. Logo depois, um familiar de outro paciente contou uma história muito parecida. Fiz uma primeira matéria sobre a Prevent Senior e esses casos de pessoas que estavam com os sintomas claros de covid, com muita dificuldade de respirar, e eram mandadas de volta para casa. Não eram internadas, não eram testadas, voltavam ao hospital e, depois, morriam. Era algo que estava acontecendo muito lá. Fiz essa matéria e teve uma repercussão. E aí, no dia seguinte, a Prevent Senior nos chamou para expor o ponto de vista da operadora. No dia anterior, a gente já tinha procurado a Prevent para pegar o posicionamento e ouvir o outro lado, mas queriam que a gente fosse lá conversar. E a gente foi à sede da Prevent Senior, na Vila Olímpia, conversei com o Pedro Batista Júnior, diretor executivo que foi quem prestou depoimento na CPI, e também com o Fernando Parrillo, CEO da Prevent Senior, um dos irmãos donos.

Naquele momento ainda não se falava de cloroquina. O Donald Trump tinha dado uma coletiva na véspera falando de cloroquina, mas ainda era um assunto muito inicial no Brasil. Me chamou atenção que



FIZEMOS OUTRA MATÉRIA COM NOVAS DENÚNCIAS. ESTAVAM OCULTANDO MORTES DESSE ESTUDO DA COVID E QUE ATÉ AQUELE MOMENTO ESTAVAM UTILIZANDO A CLOROQUINA

eles deram as alegações deles do motivo da morte dos pacientes e me lembro que começaram a falar da cloroquina num tom extremamente grandiloquente, como se a cloroquina fosse salvar a humanidade do coronavírus. Eles diziam que iam começar a usar a cloroquina e isso ia salvar a imagem da Prevent Senior, que iam mudar a história da medicina, que seriam protagonistas disso. Uma coisa assim que me chamou a atenção, mas eu falei: “Não vamos publicar nada disso porque a gente não sabe de cloroquina”, pois não havia nada ainda.

Lembro que, nessa conversa, o Pedro Batista citou o Didier Raoult, aquele microbiologista francês que fez a primeira pesquisa em pacientes com cloroquina. Uma pesquisa super controversa que, depois, se falou que não explicava nada. Mas essa pesquisa supostamente dizia que a cloroquina era eficaz para combater a covid.

Passou um ano, nunca mais falei de Prevent, nunca mais fiz nenhuma matéria. Um dia um amigo comentou comigo de uma live do economista Eduardo Moreira, em que ele falava: “Olha, um amigo cliente da Prevent Senior estava com leves sintomas, então contactou a Prevent Senior para marcar um teste e sequer foi atendido pelo médico, foi só atendido por um enfermeiro ou um atendente. Essa pessoa, sem testá-lo, mandou-o para casa com um kit covid, com uma série de coisas: cloroquina, azitromicina, ivermectina, zinco, vitamina C, receitas com shakes, um monte de coisa contra a covid”. Ouvi isso e fiquei espantado. Enfim, achei um absurdo e falei: “Vou fazer uma matéria disso”. E comecei a procurar outros casos. Estava difícil no começo. Então descobri que, no meu prédio, em um dia ou dois dias, chegaram três kits para pacientes diferentes. Em meu prédio moram muitos idosos. Eu falei:

“Cara, se no meu prédio estão chegando três num dia só, esse negócio está sendo distribuído de forma indiscriminada”. Mas o pessoal do meu prédio não quis falar. Até um desses moradores morreu por covid. Não sei se teve relação com a medicação, mas continuei tentando achar outros casos. Até que consegui chegar numa família que recebeu esse kit e não quis usar. Recebeu sem ter feito o teste de covid. Eu comecei a achar nas redes sociais vários outros casos.

No fim das contas, reuni 12 casos semelhantes e fiz uma matéria. Entrei ao vivo na *GloboNews* contando que a Prevent estava distribuindo esse kit para pessoas que muitas vezes não tinham nem sintoma de covid, que não foram testadas, para idosos de forma indiscriminada. Fiz essa matéria: era um kit com uma receita padrão, assinada por um médico que não atendeu essas pessoas, tipo um carimbo ou uma mala direta. Um diretor da Prevent Senior assinava essas receitas. E essas pessoas muitas vezes nem eram atendidas por médicos, eram atendidas por enfermeiros etc. A matéria teve uma repercussão não tão grande, mas teve alguma.

Dias depois consegui entrar em contato com médicos que trabalharam na Prevent Senior, e tinham uma série de denúncias a fazer. Denúncias de que estavam sendo coagidos a prescrever essas medicações e que não tinham qualquer alternativa, que eram pressionados todo o tempo a prescrever essas medicações, de que trabalharam com covid. Foi em março, abril de 2021.

Fiz a matéria com as denúncias dos médicos em abril de 2021 para a *GloboNews*. Teve uma repercussão boa na época, mas ficou nisso e continuei acompanhando a história. Naquela época, o Ministério Público abriu investigação e começaram a aparecer outras coisas: informações de que a Prevent estava testando outras me-

Guilherme Balza

dicações não recomendadas, medicações sem aval das autoridades. E a gente está falando de flutamida, que é um remédio para câncer de próstata e estavam usando nos pacientes de forma indiscriminada. Tive acesso a outros dois médicos que participaram da pesquisa que a Prevent Senior fez e usou para justificar a aplicação da cloroquina, uma pesquisa completamente irregular que o governo Bolsonaro e os defensores da medicação usaram sempre para defender. Conversei com os médicos que participaram diretamente dessa pesquisa. Eles disseram: “Foi tudo forjado, foi tudo falsificado, não teve nada disso. Essa pesquisa não explica nada, teve gente que tomou cloroquina e morreu, e a Prevent Senior ocultou essas informações”.

Fui reunindo esses elementos até que essa história chegou à CPI da covid no Senado. Isso foi no finalzinho de agosto, começo de setembro. Então, fizemos outra matéria com novas denúncias mostrando irregularidades, que estavam ocultando mortes desse estudo da covid e que até aquele momento estavam utilizando a cloroquina, mesmo depois de todo mundo saber que não funciona.

A gente colocou essa matéria no ar, explicando todos os detalhes, e teve uma repercussão danada. Foi para todos os jornais da Globo, pautou a CPI, que incluiu a Prevent Senior no seu relatório. Foram vários depoimentos de pessoas ligadas a essa história, não só da Prevent Senior como os médicos que denunciaram, a advogada Bruna Morato, pacientes. Ao longo dessa cobertura foram aparecendo mais coisas, mais pacientes trazendo denúncias de que estavam sendo mandados para, entre muitas outras, “cuidados paliativos” sem serem pacientes terminais, em uma deturpação do que é o conceito de cuidado paliativo. A Prevent Senior, para reduzir custos, segundo esses pacientes, estava enviando-os para ficar algum tempo recebendo uma medicação até morrer, sendo que eram pacientes curáveis, que estão vivos e denunciam a Prevent. Enfim, a história foi crescendo, a cada dia foram aparecendo novos fatos. O Ministério Público abriu uma investigação mais ampla. Isso entrou no radar da CPI da Câmara Municipal de São Paulo.

Foi muita coisa mesmo, quase dois anos de trabalho, por isso também que a gente fez o documentário para a *Globoplay* que consegue contar melhor a história com começo, meio e fim. A história está muito bem amarrada. No fim das contas, o documentário tem um pouco mais de uma hora e consegue contar desde o início da Prevent Senior, como a empresa se constituiu, a chegada da pandemia, a relação com o governo federal e as histórias dos pacientes. Às vezes, na cobertura do dia a dia, muita coisa se perde porque é muita informação, e o documentário consegue contar essa história toda. ■

BOLETIM

Assessor de imprensa também é jornalista!

O Sindicato recebeu com indignação a notícia sobre a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de não reconhecer a função de assessor de imprensa como atividade do profissional jornalista. Para o SJSP, o voto do ministro Emmanoel Pereira, relator da ação, está descolado da realidade profissional. O Sindicato e a Federação Nacional dos Jornalistas ressaltam que o assessor de imprensa produz informações de interesse público, função do profissional jornalista.

🔗 <https://bit.ly/32FPHM0>

Campanha salarial de RTV

Os jornalistas do segmento de rádio e TV debateram os rumos da campanha salarial em curso e aprovaram o pleito pela reposição da inflação (10,95% do índice INPC) pagos retroativamente à data-base (dezembro) e a volta da PLR. A categoria aprovou a manutenção das 32 cláusulas já presentes na Convenção Coletiva e a inclusão de outras cláusulas.

🔗 <https://bit.ly/33RFbsa>

Surto de covid nas emissoras; SJSP cobra medidas

O início de 2022 foi marcado pelo surto de covid em diversas redações de TV. Emissoras como a TV Globo e a Record tiveram dezenas de casos diagnosticados. O SJSP enviou comunicado às empresas exigindo testagem imediata e adoção de protocolos sanitários recomendados pelas autoridades de saúde.

🔗 <https://bit.ly/3o3oN84>

🔗 <https://bit.ly/3INfQrJ>

Sindicato lamenta mortes de profissionais ao término de 2021

O Sindicato dos Jornalistas lamentou o falecimento de profissionais do jornalismo, como é o caso da jornalista Juliana de Freitas Alves, vítima de feminicídio. O suspeito do crime é o marido da jornalista, Reges Amauri Krucinsk. Em 24 de dezembro de 2021, faleceu o jornalista Flávio Andrade, editor do jornal *Em Tempo* e combatente da esquerda brasileira. Há anos o profissional vivia acamado em decorrência de um AVC. Dias antes, morreu jornalista e professor universitário aposentado Dirceu Fernandes Lopes. Ele foi diretor de base do SJSP na Regional Santos de 2012 a 2015. O SJSP se solidariza com a dor das famílias e colegas dos profissionais.

🔗 <https://bit.ly/3g8CE8I>

🔗 <https://bit.ly/3r7bCFm>

🔗 <https://bit.ly/3r5tjVC>

RESENHA

Rosane Borges e o Fórum Aquilombô

por João Marques

Havia possibilidade de interromper o golpe em 2018, Haddad era candidato forte e Bolsonaro não tinha a mínima chance de passar para o segundo turno. Mesmo que passasse, não resistiria a uma frente ampla, nem sobreviveria aos debates. Essa era a aposta e o diagnóstico na época, descritos em um artigo do livro *Fragments do Tempo Presente*, de Rosane Borges (Aquilombô, 160 págs.), lançado no final do ano passado; porém, aconteceu o improvável, analisado em outro artigo, escrito logo após o resultado da eleição. Hoje, acompanhando o noticiário e lendo alguns colonistas, somos provocados a comparar esse *Tempo Presente* aos dias atuais. Bolsonaro se mantém na faixa dos 20%, a terceira via derrete e Lula pode ganhar já no primeiro turno. Notícias tímidas, entretanto, dão conta de que o outro lado está se armando, literalmente.

Mas não é só de eleição que tratam os artigos reunidos nesse volume. Publicados inicialmente no blog da editora Boitempo, na *CartaCapital*, no *Jornalistas Livres* e na revista *Cult*, entre setembro de 2016 e janeiro de 2019. Neles, a autora faz reflexões críticas sobre diversos temas, tendo como princípio os retrocessos provocados pela ascensão do neoliberalismo e da extrema-direita. Resenha o livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis, para falar da exclu-

são capitalista motivada por racismo e sexismo; comenta sobre as bolhas das redes sociais e a criação do “homem sem sono”, aquele sempre ligado ao serviço de notícias e às postagens; analisa o fenômeno macabro do jogo da “Baleia Azul”, os 50 desafios que iam da automutilação ao suicídio; cita entrevista com o ator Denzel Washington, vítima de notícias falsas, e faz reflexões sobre a pós-verdade e a crise do jornalismo; cita também a recusa de Pedro Cardoso em participar do programa *Sem Censura*, da EBC, valoriza o ato da insurreição e comenta sobre jornalistas que não se sentem integrantes de uma categoria profissional, mas sócios das empresas em que trabalham; também faz a crítica da peça teatral *Traga-me a Cabeça de Lima Barreto* e fala de racismo e eugenia; entre tantos outros assuntos.

Rosane Borges é jornalista, doutora em Ciência da Comunicação e professora da ECA-USP; articulista da *IstoÉ*, também escreve para a *Folha de S.Paulo*. Autora de *Espelho Infiel: O Negro no Jornalismo Brasileiro*; *Sueli Carneiro, um Perfil Biográfico*; e *Esboços de um Tempo Presente*. Para Muniz Sodré, que escreve a orelha, “Rosane lança mão do espaço que se lhe oferece para mostrar que o jornalismo reflexivo e crítico não depende do suporte exclusivo da mídia hegemônica e que o caminho a ser trilhado é o da reinvenção das formas.” *Fragments do Tempo Presente* é parte da Série Editorial Aquilombô, uma das atividades do Fórum Permanente das Artes Negras – Aquilombô. Dedicado à promoção e empregabilidade de artistas negros, promove residências artísticas, seminários, apresentações e catalogações das artes produzidas por pessoas negras. A residência do Laboratório Editorial Aquilombô tem caráter permanente e publica livros de pensadores negros brasileiros. ■

DICAS DE LEITURA

Erva Brava
Paulliny Tort

Fósforo, 104 págs.

Ambientados em Buriti Pequeno, cidade fictícia de Goiás, os doze contos do novo livro da autora brasileira revelam, sem caricaturas ou preconceitos, um país cruel e encantador.

Meninas

Liudmila Ulítskaia

Editora 34, 168 págs.

Traduzida por Irineu Franco Perpetuo, primeiro livro da escritora russa publicado no Brasil reúne seis contos ambientados em Moscou — no período próximo à morte de Stalin — e protagonizados por meninas de nove a onze anos.

Ninguém em Casa

Luiz Ruffato

Maralto, 136 págs.

Livro reúne 30 textos publicados nos jornais *El País*, *Folha de S. Paulo* e *Ras-cunho*, que passaram por modificações e foram agrupados em ordem alfabética, podendo ser lidos como uma narrativa única.

Depois que o Brasil Acabou

João Pinheiro

Veneta, 112 págs.

O autor, que já colaborou com a seção *Tratado Livre* do *Unidade*, lança novo livro, uma HQ com histórias e personagens inspirados nos eventos políticos dos últimos anos.

Jorge Amado, Meu Tio

Roberto Amado

Ibrasa, 320 págs.

Escritor, jornalista e doutor pela FFLCH da USP, o autor conta suas memórias de criança, quando seu tio famoso hospedava-se na sua casa, em São Paulo, trazendo alegria e promovendo muita confusão.

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclubes Vladimir Herzog

Colin em Preto e Branco

Ava DuVernay (EUA, 2021)

Narrada pelo ativista e ex-jogador de futebol americano, Colin Kaepernick, minissérie acompanha sua adolescência, o início de sua carreira e suas experiências com o racismo. 📺 **Netflix**

7 Prisioneiros

Alexandre Moratto (Brasil, 2021)

Com Rodrigo Santoro. Em busca de uma vida melhor, rapaz humilde (Christian Malheiros) e outros jovens aceitam trabalhar num ferro velho em São Paulo; enganados, caem numa rede de trabalho escravo. 📺 **Netflix**

Bar, Doce Lar

George Clooney (EUA, 2022)

Comédia dramática baseada no livro de memórias do jornalista e escritor estadunidense J.R. Moehringer, filme conta a história de um garoto abandonado pelo pai, que toma para si, os sonhos da mãe. 📺 **Prime Vídeo**

O Banquete

Daniela Thomas (Brasil, 2018)

Final dos anos 1980, época de tensão política no Brasil; jantar entre amigos — incluindo um jornalista que vazou segredos do governo — vira uma espécie de terapia coletiva. 📺 **Netflix**



O ex-jogador de futebol americano Colin Kaepernick é o narrador de *Colin em Preto e Branco*

EUA – A Luta pela Liberdade

Robe Imbrano e Tom Yellin (EUA, 2021)

O ator Will Smith apresenta série documental sobre a luta incansável por direitos iguais nos Estados Unidos, com base na 14ª Emenda à Constituição. 📺 **Netflix**

MEMÓRIA



REPRODUÇÃO

Dermi Azevedo, defensor dos direitos humanos

Por Cláudio Soares

R eferência nacional no movimento pelos direitos humanos, o jornalista e cientista político Dermi Azevedo faleceu em 1º de setembro de 2021, aos 72 anos. Sua vida foi marcada por décadas de atividade profissional e militante em defesa dos mais humildes e explorados. Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) em duas gestões (1991-1994 e 1997-2000), ocupou na segunda o cargo de secretário-geral da entidade.

Dermi nasceu em 4 de março de 1949 em Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, e foi criado em Currais Novos, no mesmo estado. Estudou Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, posteriormente, fez Mestrado e Doutorado em Ciência Política na USP. Na época de graduação, participante da luta contra a ditadura, foi preso em 1968 no congresso de Ibiúna da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por sua atividade militante, teve de exilar-se no início da década de 1970.

Após retornar ao Brasil, sofreu novas perseguições. Em 1974, foi preso, juntamente com sua companheira na época, Darcy Andozia. Essa prisão foi marcada por um dos atos mais bárbaros cometidos por agentes da ditadura: seu filho primogênito, Carlos Alexandre Azevedo (o Cacá), um bebê de apenas um ano e oito meses, foi levado por policiais da equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e sofreu torturas. A violência o marcou para sempre – Cacá desenvolveu fobia social e, em 2013, aos 40 anos de idade, suicidou-se.

Numa carta dirigida ao filho morto, Dermi escreveu: “Definitivamente marcado pela dor... por sua dor e pelo sofrimento (inenarrável) de sua mãe e de seus irmãos, você decidiu partir. Cabe a mim, seu pai, a tarefa quase apenas de compartilhar a narração do seu calvário, de denunciar – como jornalista – os crimes da ditadura e de lutar para que dores e agonias, como as

que você viveu, nunca mais aconteçam...”

A dor profunda que o episódio causou não impediu que Dermi permanecesse, até o fim da vida, um homem bem-humorado, sereno e de modos tranquilos, que fez amigos por onde passou. No início da década de 1980, com Leonardo Boff, foi um dos fundadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Ao lado dessa atuação política, Dermi desenvolveu intensa atividade jornalística, realizando reportagens em países da América Latina, África e Europa. Dentre os veículos nos quais atuou, podem ser citados: *Tribuna do Norte*, *Diário de Natal*, *Última Hora* (São Paulo), *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Veja*, *Isto É*, *Diário do Grande ABC* e *Aqui São Paulo*. A partir de 1995, exerceu cargos de confiança no Governo do Estado de São Paulo. Foi editor-chefe do *Diário Oficial* do Estado, assessor técnico na Secretaria da Justiça e da Defesa e Cidadania e gerente de formação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Era casado desde 2011 com a pedagoga Elis Regina Almeida Azevedo. Acometido da doença de Parkinson há alguns anos, não deixou que as limitações trazidas por essa condição interrompessem os cursos que proferia e os textos que escrevia. Seu último livro, *Nenhum Direito a Menos: Direitos Humanos – Teoria e Prática*, foi lançado em 2018. Vinculado por muito tempo à Igreja Católica, tornou-se depois membro da Igreja Anglicana. A trajetória de Dermi foi abordada no curta-metragem *Atorçado, Eu Permaneço Atento* (2020), dirigido por Henrique Amud e Lucas H. Rossi dos Santos.

Morreu, em São Paulo, após sofrer infarto. Seu corpo foi velado no Auditório Vladimir Herzog, do nosso Sindicato, por onde passaram muitos de seus amigos e colegas jornalistas, políticos, religiosos e ativistas da luta por direitos humanos. ■

Ficha de Dermi Azevedo no Dops, quando da prisão que sofreu em 1974, por sua luta contra a ditadura militar

CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 45 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 70 para a Capital

FIXA

R\$ 40 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO: mensalidade@sjsp.org.br ou (11) 94539-8810



COLUNA DO JUCA

O novo negacionismo

por Juca Kfourri

AGORA APARECEU UM NOVO TIPO DE NEGACIONISTA NA IMPRENSA BOLSOMINION: OS NEGACIONISTAS DAS PESQUISAS

Temos visto pelo mundo afora o chocante movimento antivacina em pleno século 21.

Chefes de Estado e políticos em geral defendem direitos individuais que se sobreponham aos direitos coletivos, numa palavra, que o cidadão possa contaminar sua comunidade.

Não por acaso são os mesmos que defendem a população armada para fazer o trabalho que lhes cabe na segurança pública.

Em São Paulo, há até mesmo uma deputada bolsorarista, Janaina Paschoal, que se diz perplexa porque pessoas vacinadas, que contraíram a covid, defendem a vacina, sem se dar conta que só estas poderiam fazê-lo, porque graças à prevenção sobreviveram à pandemia. Quem não se vacinou e morreu, por óbvio, perdeu a oportunidade.

É como se um técnico de futebol resolvesse escalar seu time sem goleiro já que sofrer gols é inevitável.

Agora apareceu um novo tipo de negacionista na imprensa bolsominion: os negacionistas das pesquisas.

Sejam as feitas por institutos como o Datafolha, ou o novo Ibope, ou por instituições do mercado financeiro.

O fato de mostrarem resultados que contrariam o desejo deles os leva a imitar avestruzes.

O mais patético é que são os mesmos que desqualificaram as pesquisas que revelavam a vitória de Biden sobre Trump, nos Estados Unidos, e que hoje se valem delas quando mostram a queda de popularidade do novo presidente americano.

Ou que só se valem das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que vilipendiam diariamente, quando de alguma maneira estão de acordo com suas opiniões.

Seria trágico não fosse cômico.

São os mesmos que vaticinaram a morte do Partido dos Trabalhadores e o fim da carreira do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os mesmos!

Têm ainda um contingente razoável de fãs e é possível que o mantenha quando as eleições de outubro decretarem o fim do pesadelo que assola o país desde 2016. Gente que será convencida de que houve fraude, de que as urnas eletrônicas são inconfiáveis e que defendem ser a Terra plana.

Dizem que representam o “novo” jornalismo, que o velho morreu, mas não passam um dia sem atacá-lo, em contradição deliciosa.

O jornalismo terá espinhosa missão quando o sol voltar a raiar sobre nós.

Trazer de volta à realidade os fascistas que desconhecíamos. ■

TRAÇO LIVRE | por Ángel de la Calle

